



Instituto de Apoio à Criança

Relatório Estatístico

SOS-CRIANÇA

2010

Documento de trabalho

Tendo em conta a Decisão da Comissão das Comunidades Europeias de 15 de Fevereiro de 2007 (2007/116CE) relativa à reserva da gama nacional de números começados por «116» para os números harmonizados de valor social, em particular o número 116 111 "serviço de ajuda as crianças que necessitem de cuidado e protecção" e o 116 000 "SOS Criança Desaparecida" que foram atribuídos ao Instituto de Apoio à Criança.

Índice

	Página
Evolução Casuística	3
Atendimento Telefónico	4
Encaminhamento	14
Reavaliação	21
E-Mail	24
Atendimento Psicológico	31
Mediação Escolar	39
SOS-Criança Desaparecida	60

EVOLUÇÃO CASUÍSTICA

	Atendimento Telefónico	Encaminhamento	Atendimento Psicológico	E-Mail	Crianças Desaparecidas	Reavaliação	Mediação Escolar	Total
1989	2056	0	0	0	0	0	0	2056
1990	1748	0	0	0	0	0	0	1748
1991	1672	0	0	0	0	0	0	1672
1992	3523	231	0	58	0	0	0	3812
1993	2634	184	0	76	0	0	0	2894
1994	3062	439	0	149	1	0	0	3651
1995	3051	568	0	173	0	0	0	3792
1996	3370	672	0	107	0	208	0	4357
1997	3614	639	0	143	0	0	60	4456
1998	3561	518	0	112	1	401	130	4723
1999	3692	423	0	74	0	140	140	4469
2000	3007	339	0	121	0	201	203	3871
2001	2947	397	20	50	0	88	263	3765
2002	3085	370	38	67	0	100	703	4363
2003	3307	488	68	63	4	322	969	5221
2004	5125	739	55	111	25	193	1030	7278
2005	4379	571	55	143	17	292	1386	6843
2006	4177	664	81	232	31	124	1247	6556
2007	3728	1185	316	483	34	298	1457	7501
2008	3307	647	77	743	76	155	2382	7387
2009	3609	566	94	694	88	450	2326	7827
2010	2982	565	104	480	41	619	1808*	4791
Total	71636	10205	908	4079	318	3591	12296	103033

ATENDIMENTO TELEFÓNICO

Nota Introdutória

O SOS-Criança nos últimos vinte anos recebe uma média de 3424 apelos por ano, número que em 2010 se situou nos 2982 apelos.

Em bom rigor, apesar do número médio de apelos recebidos ter diminuído, o número de crianças envolvidas aumentou, isto porque em cada apelo feito ao SOS-Criança, o número crianças envolvidas aumentou, isto porque em cada criança a necessidade de ajuda não é a razão de um para um.

Apesar do SOS-Criança ser actualmente um serviço de primeira linha no que diz respeito ao seu papel interventivo e preventivo em todo o território nacional, ainda há alguns Distritos que surgem nas estatísticas com uma marca pouco expressiva.

O SOS-Criança com os números gratuitos 116 111 e 116 000, números harmonizados nos 27 Estados da União Europeia, enquanto linhas de apoio, parte do princípio que as crianças e os adolescentes têm o direito de receber atempadamente cuidados, e protecção, assim como de livremente expressar as suas opiniões e serem ouvidos nos assuntos que lhes dizem respeito.

O telefone é um dos principais instrumentos de comunicação das crianças, que a ele recorrem a partir de tenra idade.

Breve Apresentação dos Resultados

Em 2010, o SOS-Criança, através dos números europeus 116111e 116000, harmonizados nos 27 Estados da União Europeia, e disponibilizados de forma gratuita por todos os operadores a toda a população de Portugal recebeu 2982 apelos.

Com uma média mensal de cerca de 249 apelos que atingiram o máximo no mês de Maio, com 328 apelos e o mínimo em Dezembro com 184 apelos, com média mensal de cerca de 58 apelos e uma média diária de 12 apelos a 2ª feira em que chegou cerca de 13 apelos.

Se tivermos em linha de conta a duração dos apelos pelos cinco intervalos de tempo, a verificamos que a distribuição é muita heterogénea, sendo o intervalo de tempo que vai até 10 minutos, o que apresentam um número máximo de registos, cerca de 2500.

Os apelantes que recorrem ao serviço são adultos em 91% das situações e só 9% dos utentes são crianças, os apelantes são 74% das vezes do género feminino e 26% do género masculino.

Quanto às crianças que beneficiam directamente do contacto com o SOS-Criança, 39% são do género masculino, 45% do género feminino e 54% não foi possível identificar. Sabe-se que em 52% dos casos os apelos referem-se a crianças até aos 5 anos, 22% dos 6 aos 10 anos; 21% de crianças dos 11 aos 15 anos e 5% dos 16 aos 18 anos.

A distribuição pelos Distritos tem uma média de 120 apelos sendo o valor máximo atribuído a Lisboa, com 833 apelos e o valor mínimo com 9 em Viseu.

Se dividirmos o Território Nacional por Regiões, surge a Estremadura com 1033 casos, como sendo a Região com maior número de apelos, seguindo-se o Minho com 270 apelos e o Douro Litoral com 262. A Beira Baixa e Beira Alta têm um menor expressão com 21 e 25 apelos respectivamente.

As dez problemáticas mais frequente são Crianças em Perigo (491); Negligência (422); SOS-Criança (319); Maus tratos físicos na família (301); Falar com alguém (245); Maus tratos na família (162); Regulação do Exercício das Responsabilidades Parentais (154); Saúde (135); Conflitos familiares (111); e Abuso Sexual (76). (ver QUADRO1)

As crianças pertencem 26% das vezes a famílias tradicionais, 25% a monoparentais 15% a família reconstruída e 10% família alargada. (ver QUADRO2)

Quanto ao infractor foram 1996 as situações em que foi apontado, tendo sido identificado em 1537 situações e não identificado em 353 situações. É ainda de referir que houve 501 apelos sem infractor., É preciso lembrar que o SOS-Criança é um serviço de largo espectro de intervenção e que não é necessário que haja sempre um infractor.

Os apelandes normalmente procuram orientação (1273), por parte do serviço SOS-Criança, que tem posteriormente de articular com todas a rede de parceria e encaminhar as situações (865). (ver QUADRO 3)

É também de referir quanto a intervenção no pedido que muitos apelandes precisam de informações claras (821) sendo os pedidos de apoio (343) os que apresentam menor expressão. (ver QUADRO 3)

Quanto nos focamos na ligação/ relação do apelante à criança, 43% das vezes o apelo é feito por familiares, 37%, pela comunidade, 13% por pessoa não identificada, 3% por profissional e também pela própria criança. (ver QUADRO 4)

Caracterização dos apelos

Média Mensal: 248,5 apelos

Média Diária: 11,83 apelos

Max: 328 (Maio)

Min: 184 (Dezembro)

Média Semanal 57.35
Max.13.07 (2ª Feira)
Min 11.40 (3ª feira)

Média Diária 11.83

Distribuição dos apelos/ intervalos tempo:

Média Anual: 596.4
Máx: 2500 :(1 a 10 minutos)
Mín: 1 :(+ 90 minutos)

Caracterização do Apelante:

Numero de apelos feitos por:

Adultos: 91%
Crianças : 9%

Género (Adultos e Crianças)

Masculino 26%
Feminino 74%

Crianças que Beneficiam do Apelo:

Género

Masculino 39%
Feminino:46%
Não Identificado14%

Intervalos/Idade

0- 05 anos: 52%
6-10 anos: 22%
11-15 anos; 21%
16-18 anos: 5%

Distrito/ Região Autónoma

Media 119,55
Max: 833 (Lisboa)
Min: 9 (Viseu)

Nota: Estrangeiro 9
N. Identificado 404

Regiões

Algarve :	72
(Faro)	
Baixo Alentejo:	31
(Beja)	
Alto Alentejo:	58
(18 Portalegre; 40 Évora)	
Beira Baixa	21
(Castelo Branco)	
Ribatejo:	57
(Santarém)	
Estremadura:	1033
(833 Lisboa ,200 Setúbal)	
Beira Litoral:	235
(80 Aveiro; 64 Coimbra; 91 Leiria)	
Beira Alta	25
(16 Guarda; 9 Viseu)	
Trás -os- Montes e Alto Douro	33
(15 Vila Real ; 18 Bragança)	
Douro Litoral	262
(Porto)	
Minho	270
(209 Viana do Castelo; 6 Braga)	
Regiões Autónomas	
Madeira	28
Açores	35

Problemáticas mais frequentes /Ordem

QUADRO 1

Nº Ordem	Tipo	Problemática	Nº Absoluto	Percentagem %
1	11	Crianças em perigo	491	14
2	23	Negligencia	422	12
3	33	SOS-Criança	319	9
4	18	Maus tratos físicos na família	301	9
5	14	Falar com alguém	245	7
6	20	Maus tratos psicológicos família	162	5
7	29	Responsabilidade Parental	154	4
8	30	Saúde	135	4
9	9	Conflitos familiares	111	3
10	3	Abusos sexual	76	2

QUADRO 2

Tipologia Família da Criança		
	Nº Absoluto	Percentagem %
Tradicional	628	26
Monoparental	588	25
Reconstruída	312	13
Alargada	237	10
Não se sabe	626	26

Infractor

Situação com presumível Infractor
Total 1890

Identificado 1537
Não identificado 353

Situação sem presumível Infractor
Total 501

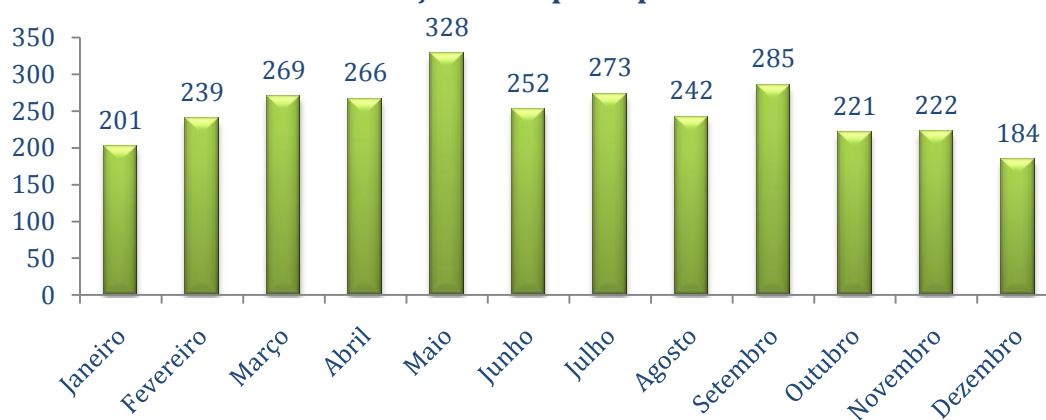
QUADRO 3

Intervenção no Pedido		
Tipologia	Nº Absoluto	Percentagem %
Apoiar	343	10
Orientar	1273	36
Encaminhar	865	25
Informar	821	24
Sem Intervenção	191	5

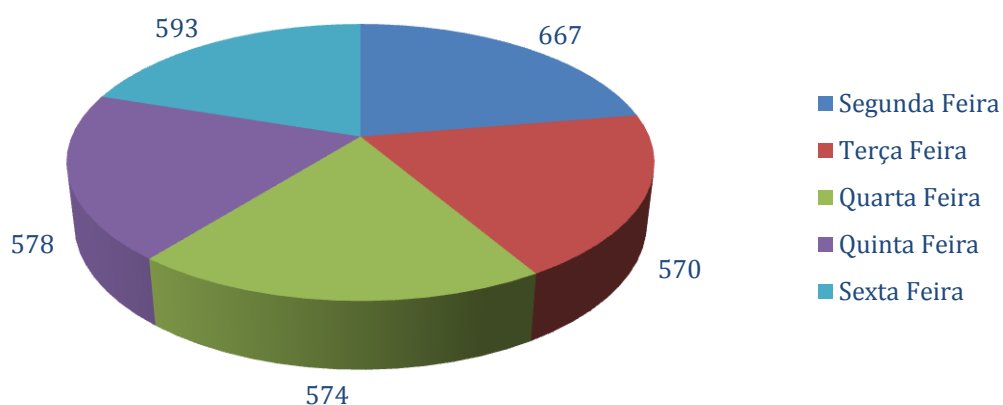
QUADRO 4

Ligação do Apelante à Criança		
Tipologia	Nº Absoluto	Percentagem %
Própria Criança	76	3
Familiar	1028	43
Profissional	81	3
Comunidade	888	37
Não identificado	318	13

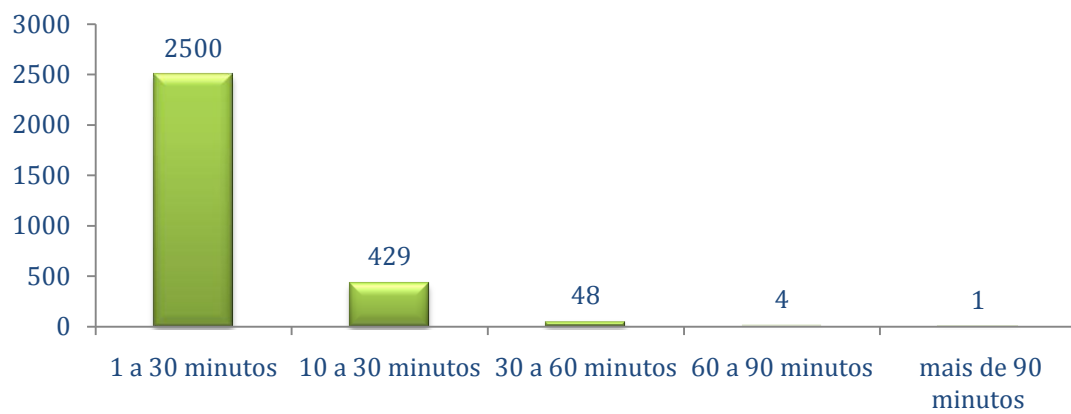
Distribuição dos Apelos por Meses



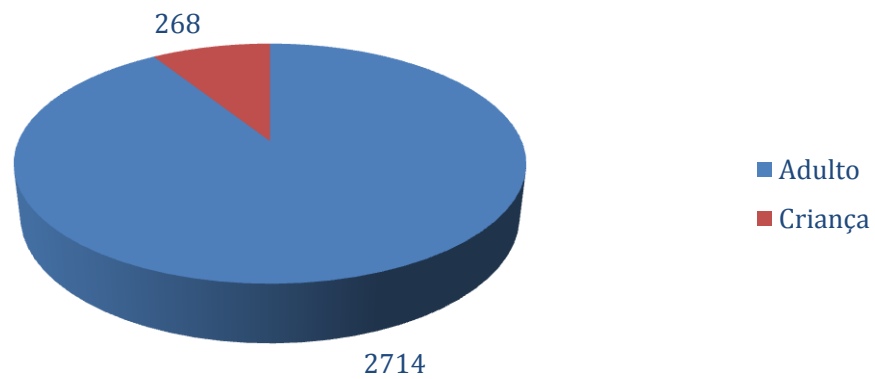
Dia da Semana



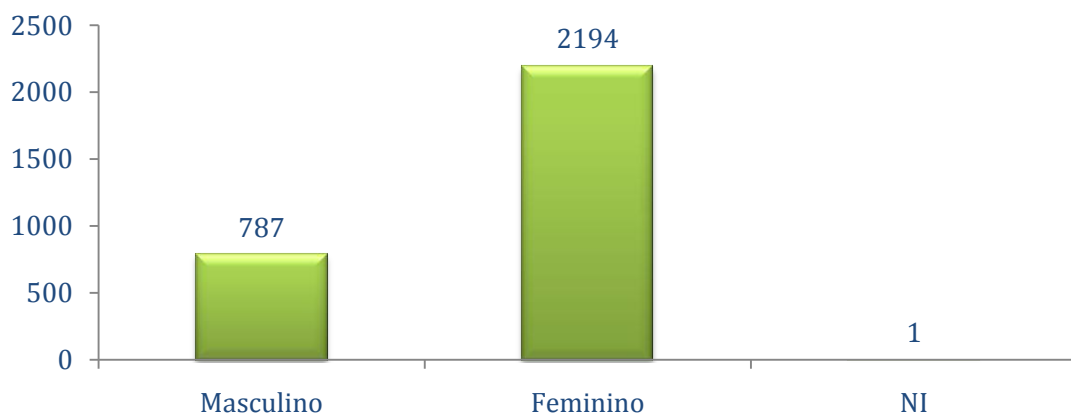
Duração das Chamadas Telefônicas



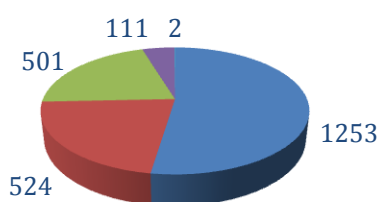
Caracterização do Apelante



Caracterização do Apelante

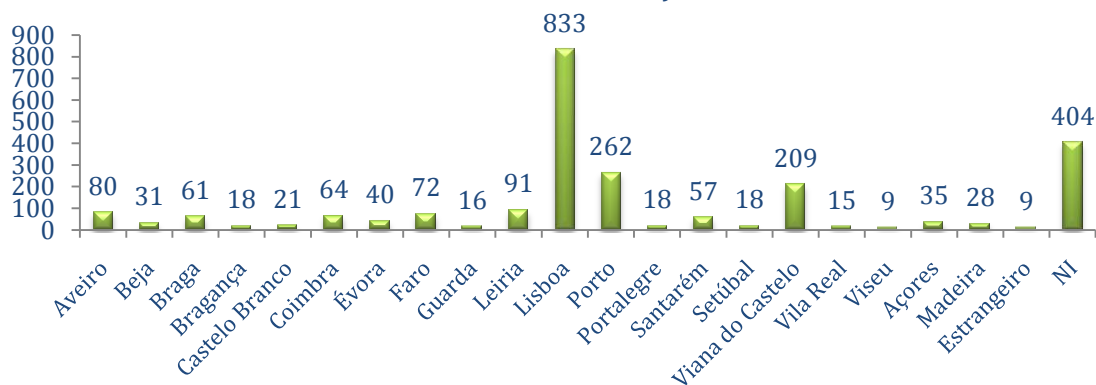


Idade das Crianças

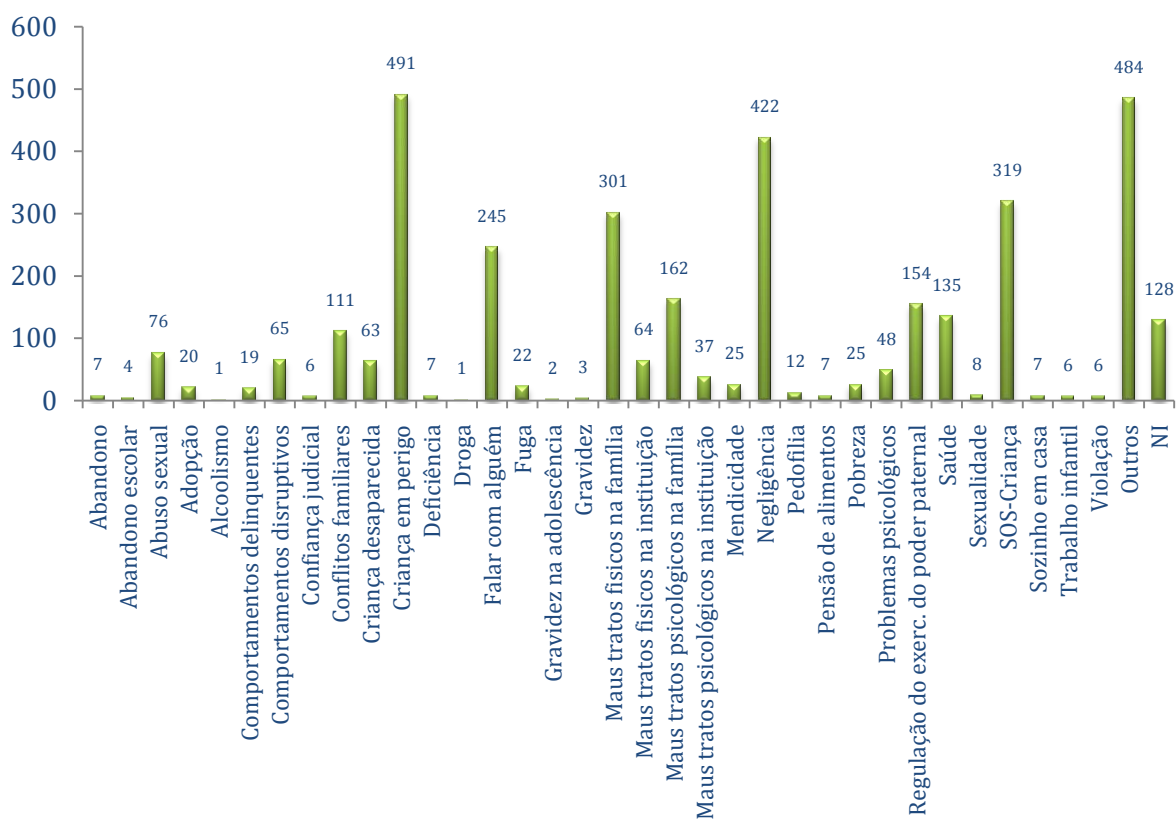


■ 0 aos 5 anos ■ 6 aos 10 anos ■ 11 aos 15 anos ■ 16 aos 18 anos ■ NI

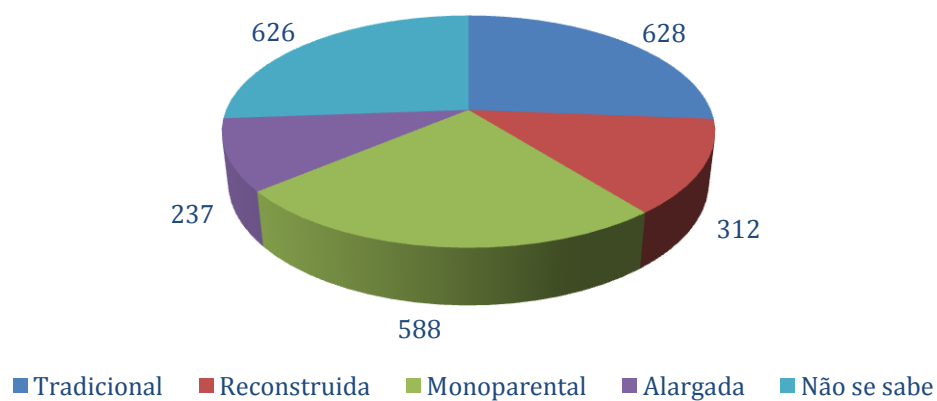
Distrito das Crianças



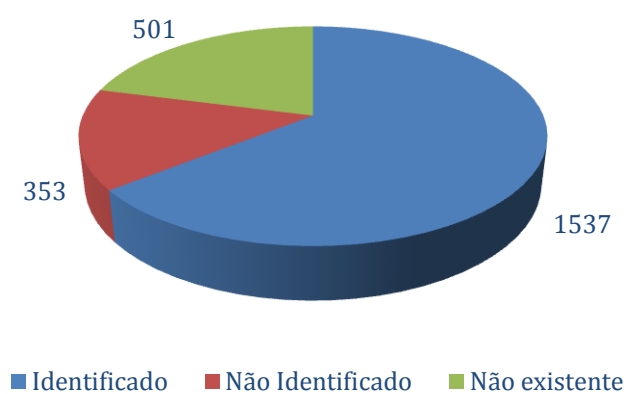
Motivo dos Apelos



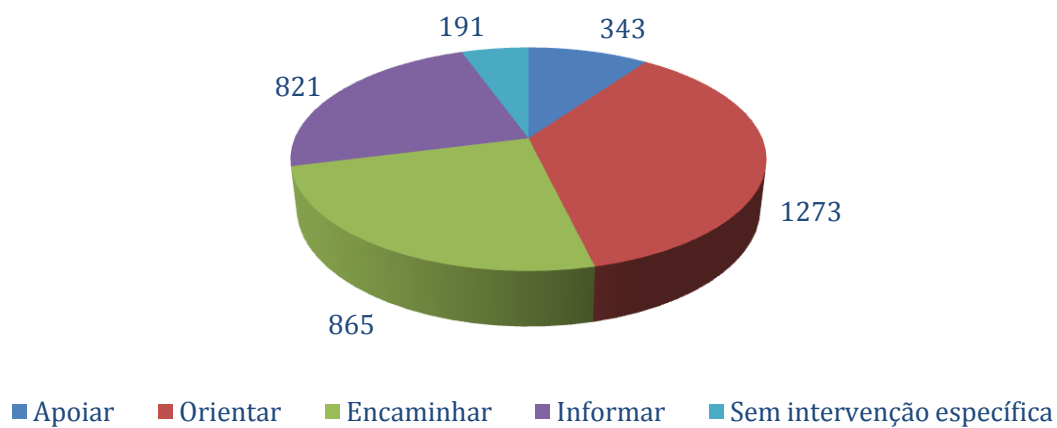
Grupo Doméstico



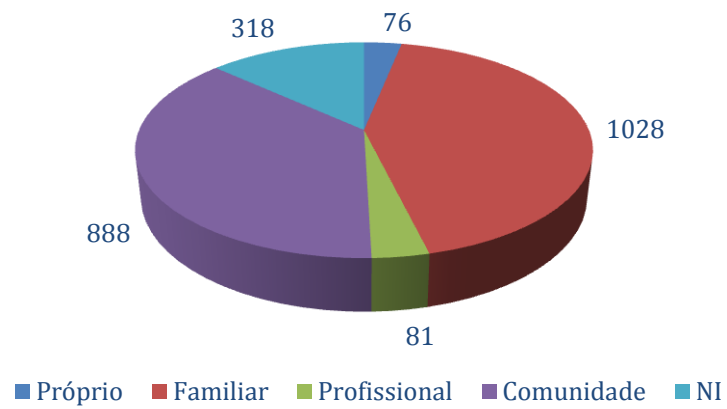
Identificação do Presumível Infractor



Intervenção no Pedido



Relação Apelante/ Criança



ENCAMINHAMENTO

No ano de 2010 o SOS Criança encaminhou 565 novos casos, o que correspondeu a 19% das chamadas telefónicas recebidas, e um aumento de 4%, quando comparamos com o ano anterior, em que encaminhámos 566 casos mas num total de 3609 apelos (15%).

O encaminhamento inclui ainda os processos que transitaram de anos anteriores num total de 87 casos, o que perfaz 652 casos encaminhados.

As situações encaminhadas têm origem sobretudo nas chamadas telefónicas (91%), mas também nos apelos feitos por correio electrónico (7%) e apartado (1%).

A distribuição mensal dos encaminhamentos é de 47 novos casos em cada mês sem diferenças significativas entre os dois semestres, mas ressaltando o mês de Julho com 65 novos casos a encaminhar.

As situações sinalizadas são sobretudo do distrito de Lisboa (38%), seguido do Porto (16%) e Setúbal (11%). Em relação ao ano passado regista-se um aumento das situações de Lisboa, e uma diminuição dos casos do distrito de Setúbal. O distrito do Porto mantém a mesma percentagem em relação ao total, mantendo-se igualmente a distribuição por todos os distritos do país, mas com uma descida dos apelos de Faro, Santarém e Viseu e aumento dos que se referem a Aveiro e Leiria.

Os problemas referenciados são sobretudo as Crianças em Risco (31%), a negligência (26%) e os Maus tratos físicos na família (21%) o que já acontecia no ano anterior, embora com um aumento das percentagens quando relacionadas com o total dos casos.

O encaminhamento envolveu 923 crianças, mais 93 crianças que no ano anterior, sem diferenças significativas quanto ao género.

Na análise das idades das crianças há um domínio entre 1 e 3 anos de idade, que vai diminuindo lentamente à medida que a idade aumenta. O decréscimo torna-se mais acentuado a partir dos 15 anos

No processo de encaminhamento são contactadas sobretudo as CPCJ, como a única instituição de encaminhamento ou associadas a outras instituições como a PSP, GNR ou PJ, constituindo estas um recurso na recolha de dados que permite a análise da situação.

O encaminhamento é feito através da combinação entre o telefone e o fax, i.e., um primeiro contacto é mais informal a que se segue a formalização do problema a partir da comunicação escrita.

O número de contactos no encaminhamento variou entre os 2 e 3, ou seja, para encaminhar um caso os técnicos estabelecem entre 2 a 3 contactos com instituições

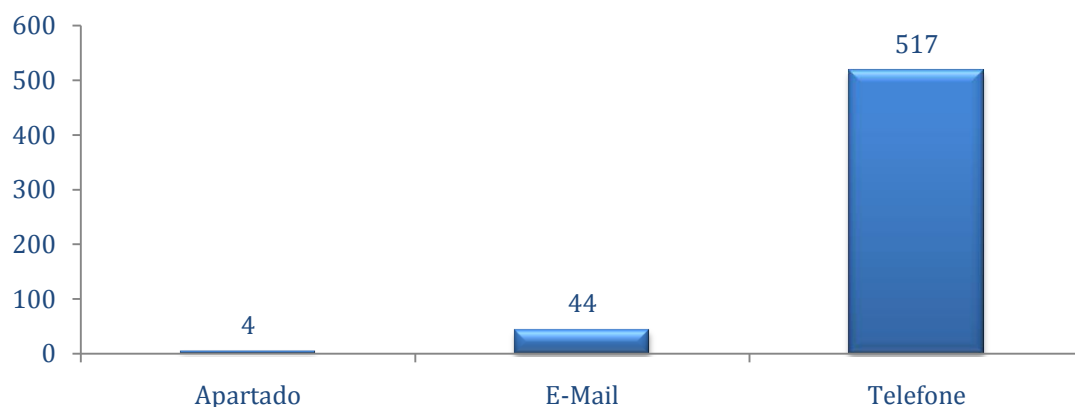
O processo de encaminhamento teve como principais respostas a recolha de dados e o acompanhamento à família.

A instituição que surge como responsável pela intervenção é a CPCJ (64%), seguida pela Segurança Social (9%) e a PSP, GNR e PJ (7%)

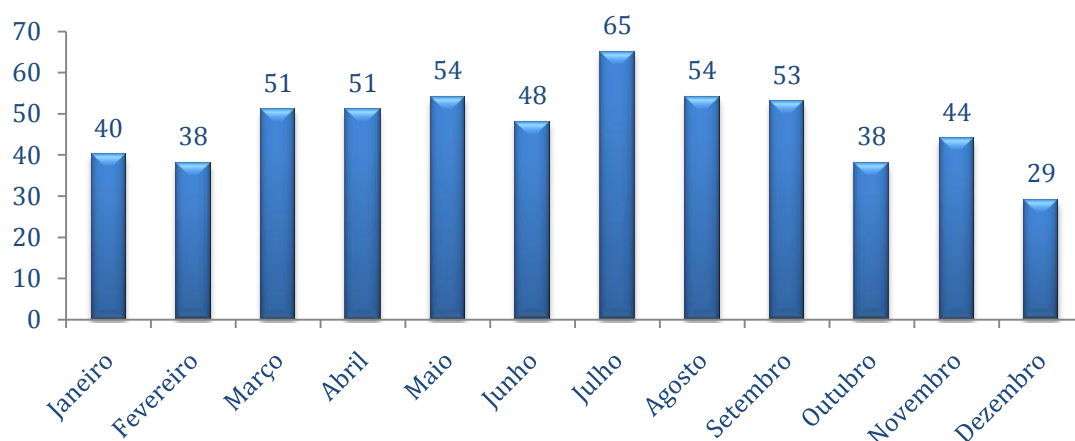
Na resposta da instituição responsável pela intervenção destaca-se que em 47% dos casos não houve ainda o conhecimento da resposta à situação, revelando que nesta data temos um conhecimento maior das respostas dadas aos casos apresentados em comparação com os dados de 2010 (60% de não conhecimento da resposta).

Nas respostas destaca-se o acompanhamento à família em 16% dos casos e em 11% das situações apresentadas a situação não era verídica.

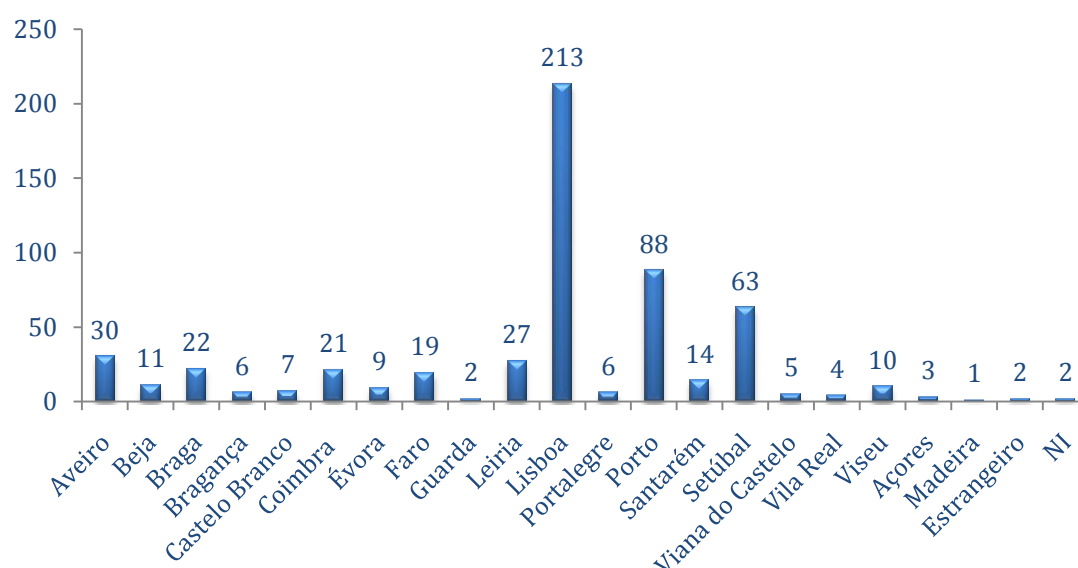
Via de Sinalização



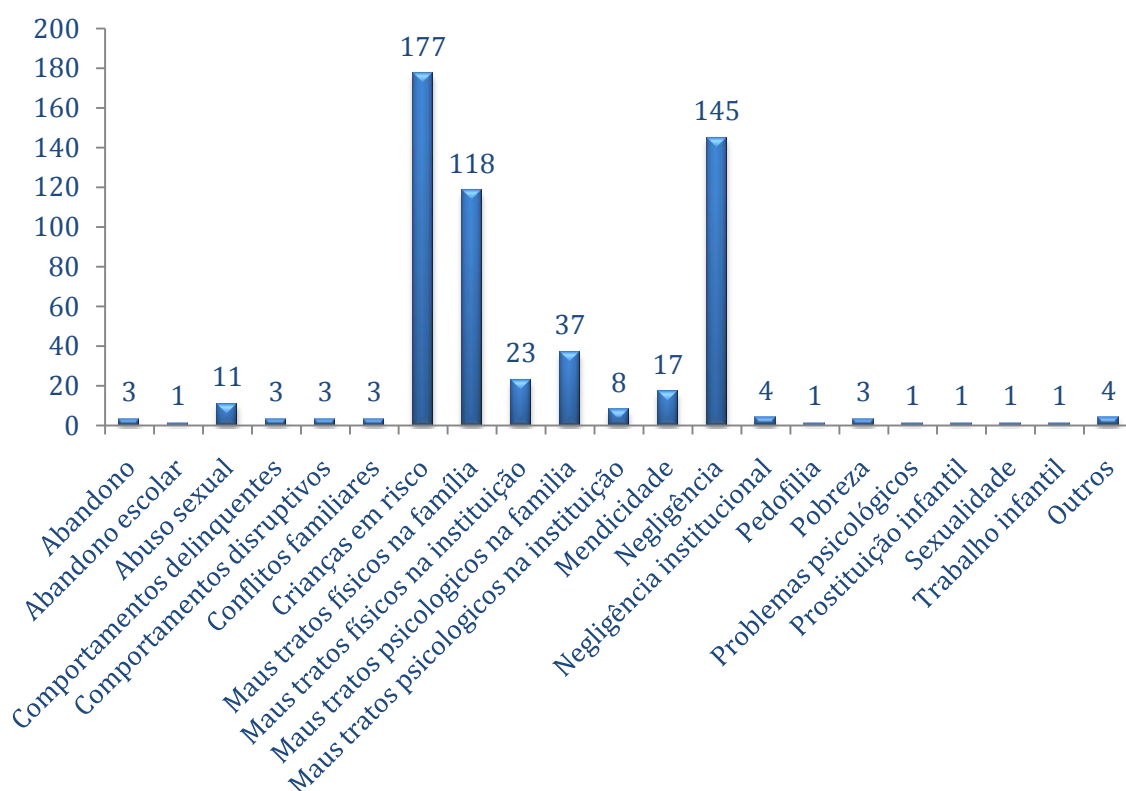
Distribuição do Encaminhamento por Meses



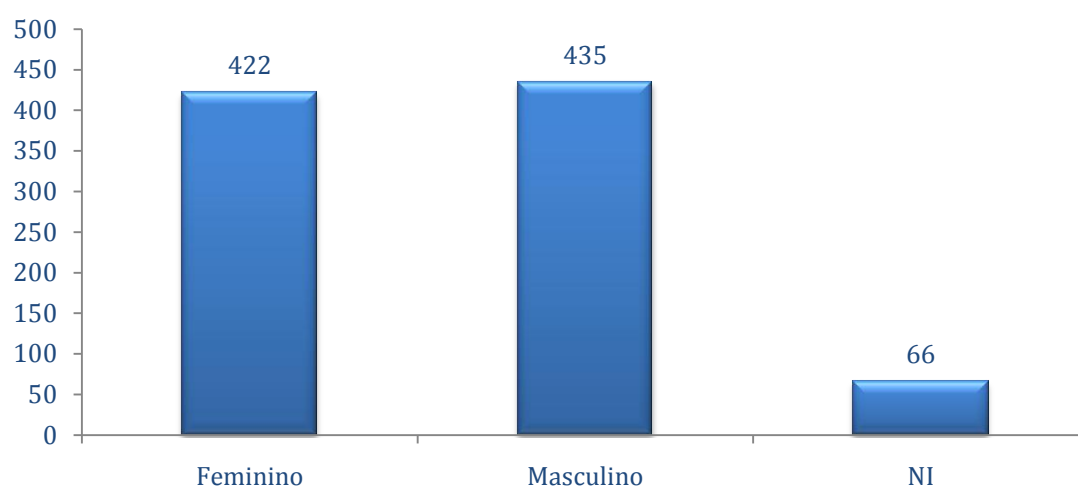
Distribuição por Distritos



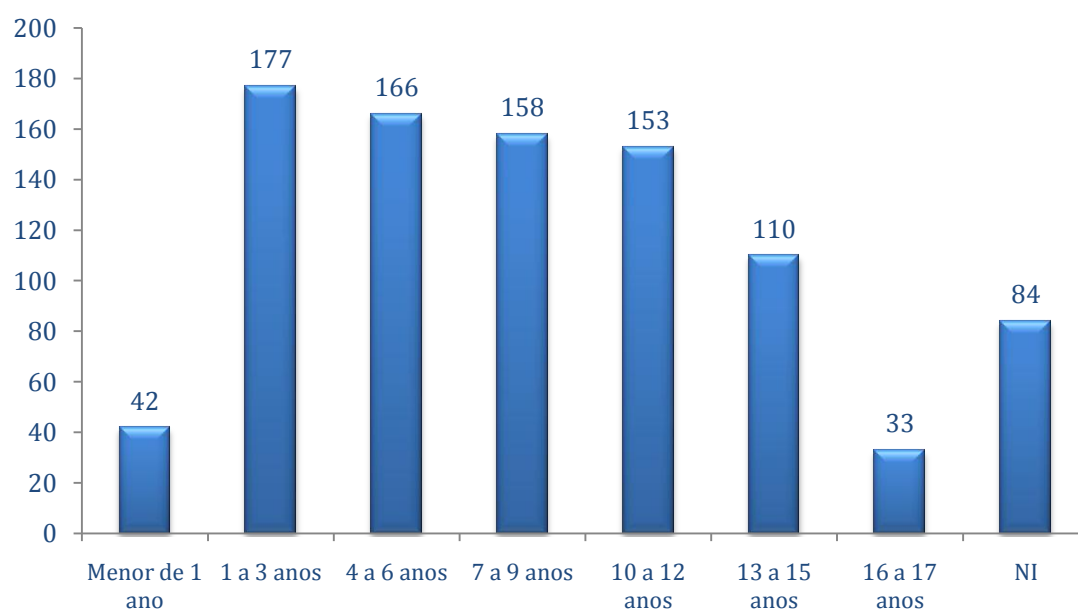
Distribuição dos Casos Encaminhados por Problemas



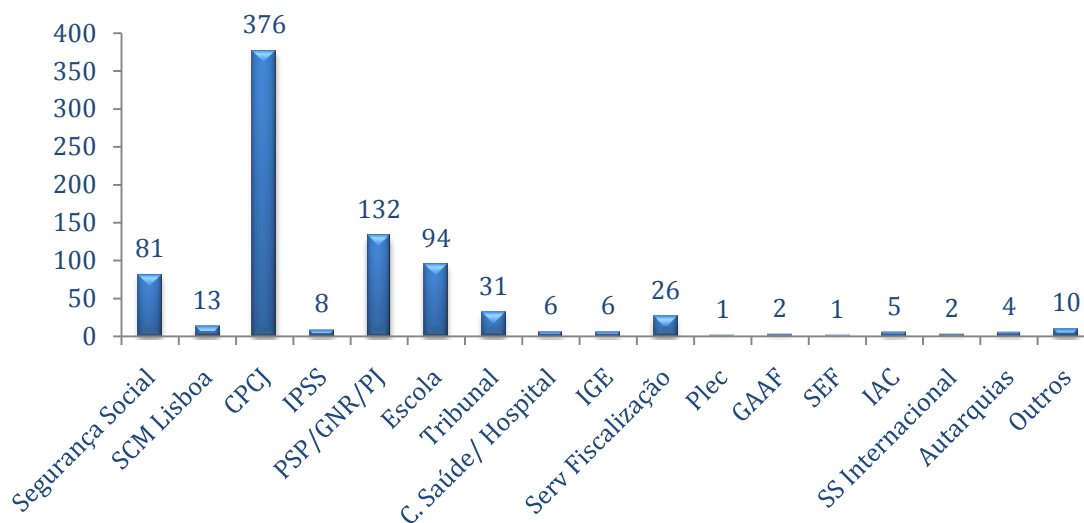
Identificação do Género das Crianças



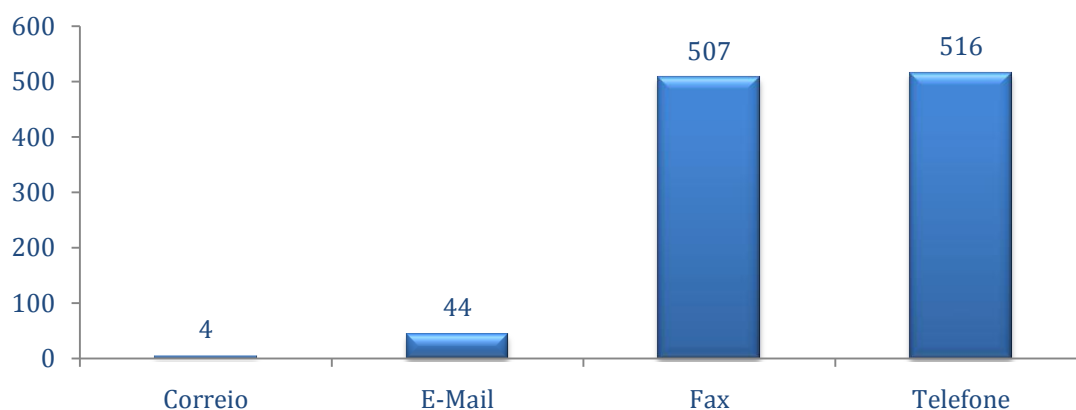
Idade das Crianças



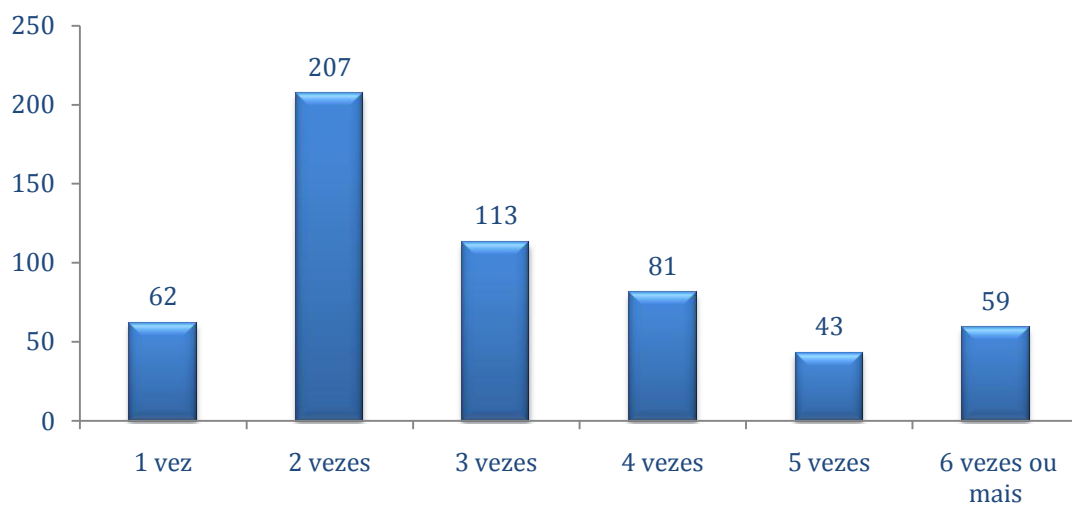
Entidades Contactadas no Processo de Encaminhamento



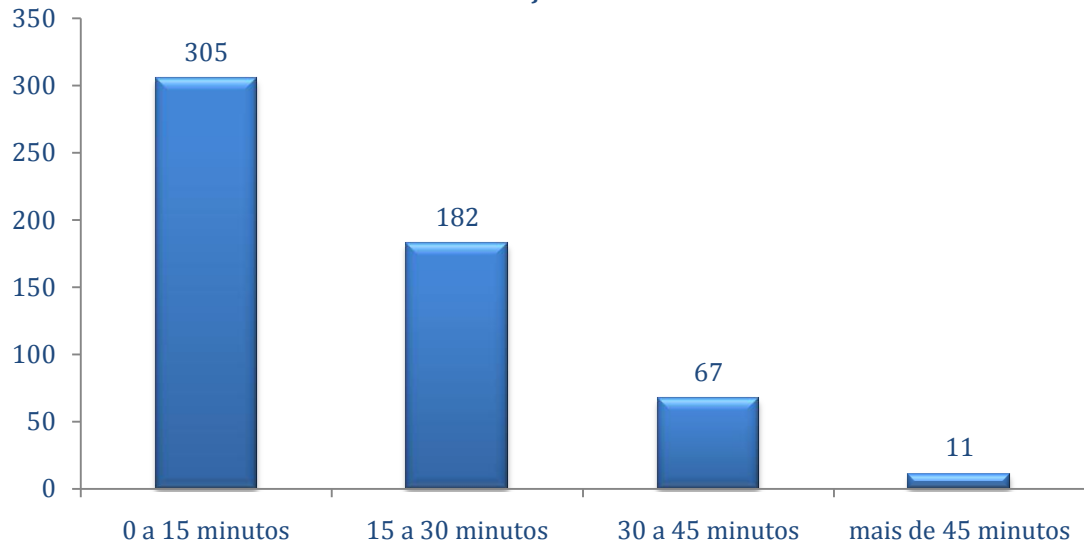
Meio de Contacto



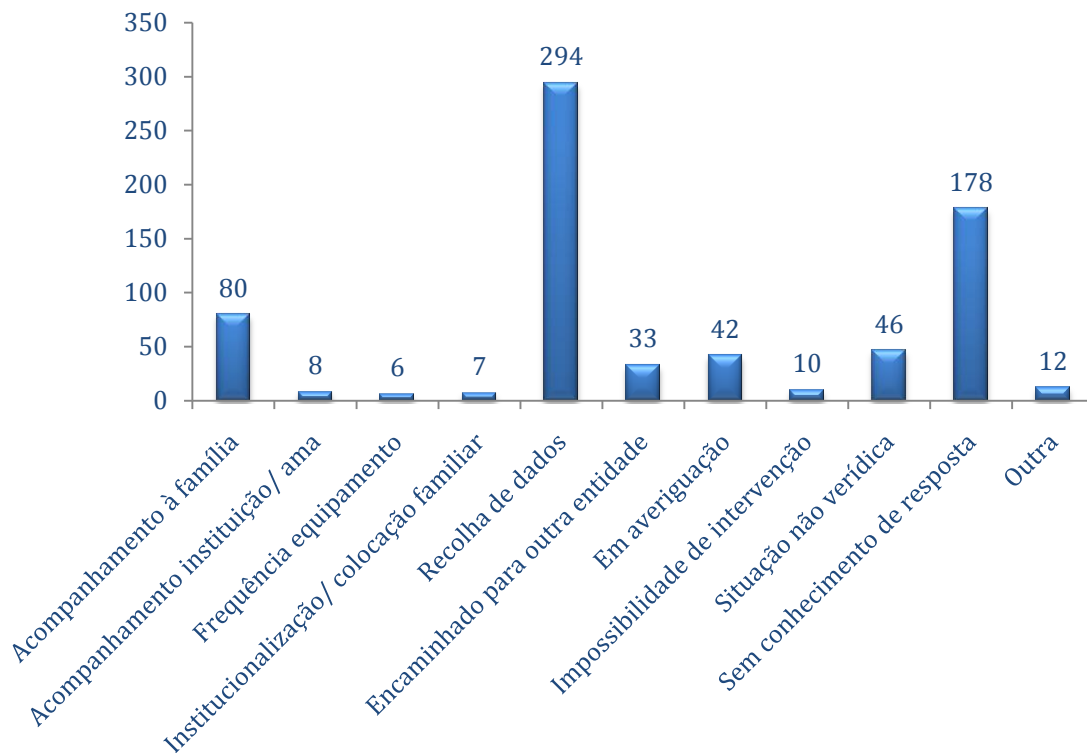
Número de Contactos com as Instituições



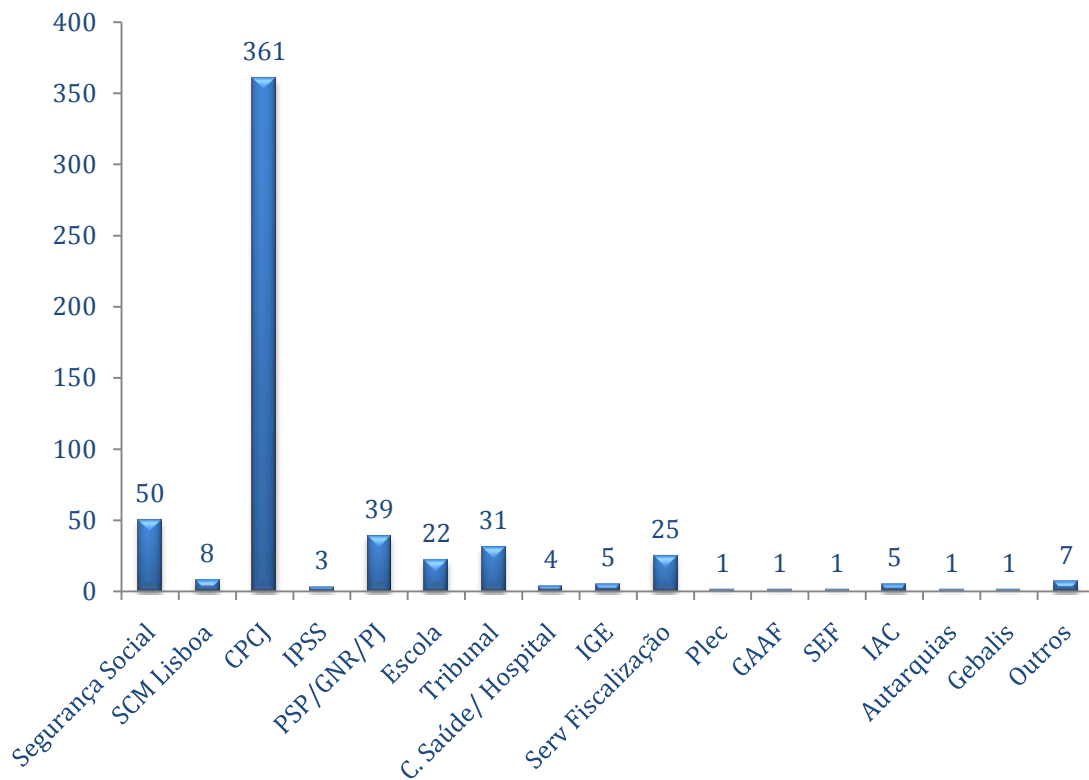
Total da Duração dos Contactos



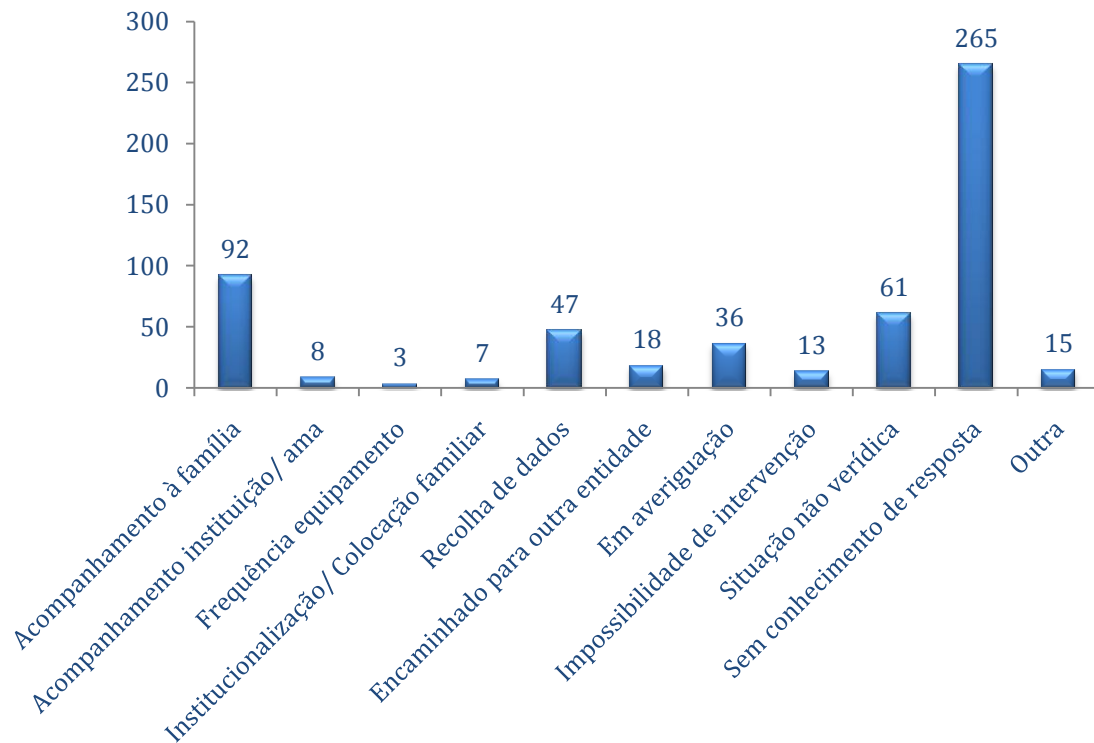
Respostas das Entidades de Encaminhamento



Instituição Responsável pela Intervenção



Resposta da Instituição Responsável pela Intervenção



REAValiação

O SOS Criança, no decorrer do ano de 2010, procedeu á reavaliação de 619 processos.

Estes processos, sujeitos a reavaliação, correspondem às situações, cuja resposta da entidade responsável pela intervenção, se manteve desconhecida ou em aberto, relativamente a sua total ou parcial veracidade, pretendendo-se assim aferir se: justifica-se uma intervenção dessas entidades, se a mesma foi seguida de um reencaminhamento ou parceria por parte dos serviços contactados com outra(s) entidade(s) ou ainda, o processo foi arquivado e razão desse mesmo arquivo.

Assim, podemos verificar que do total de processos sujeitos a reavaliação, 284, dizem respeito a situações que deram entrada no SOS em 2008, assim como respectivo encaminhamento, seguidos de 204 processos alusivos a situações de 2007, e os restantes 131 corresponderam a situações pendentes cujo a abertura e respectivo encaminhamento foram efectuados no ano de 2009.

Tal como sucedeu em 2009, o desempenho do processo de reavaliação em 2010, atingiu os objectivos pretendidos, ou seja, conseguimos proceder a uma recuperação deste desempenho, visto que em 2011 se irá dar início á reavaliação dos processos de 2010.

A implementação de uma reavaliação mais célere tenta contrariar o desfasamento entre o momento em que a situação nos chega e o momento em que se processa a reavaliação, tendo como objectivo não só uma maior obtenção de respostas, como a mesma, ser mais actualizada e contextualizada.

Igualmente consideramos que uma leitura dos dados mais actualizada não só nos leva a uma compreensão mais real das problemáticas em questão, como um maior incentivo para um trabalho de parceria com os técnicos envolvidos.

Após tratamento dos dados obtidos, num espaço de tempo mais curto, as conclusões igualmente nos permitem ajustamentos nos procedimentos menos desfasados da realidade, tanto a nível do atendimento recepção de situação, como a nível do respectivo encaminhamento e acompanhamento de caso.

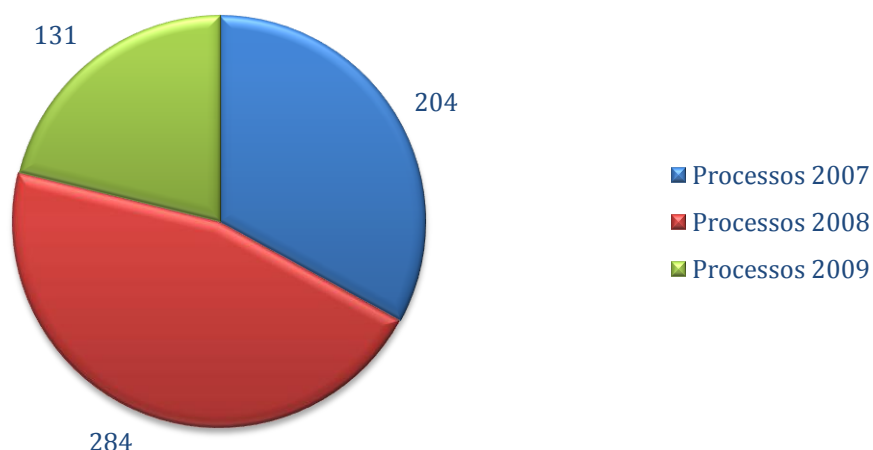
Quanto às respostas obtidas por parte deste processo, podemos analisar que num total dos 619 processos sujeitos a referida reavaliação até ao final de 2010, obtivemos 461 respostas, ou seja, cerca de 74,5% de respostas, número que no decorrer do 1º semestre de 2011, tenderá a aumentar, visto que grande parte deste desempenho foi efectuado durante o 2º semestre de 2010 (434) e ainda se irá proceder em 2011, ao envio da 2ª via, de alguns desses processos.

Poderemos também verificar por semestres, que até finais do mês de Junho de 2010, procedeu-se á reavaliação dos processos pendentes relativos ao ano de 2007 e no segundo semestre, finalizou-se a reavaliação dos processos inerentes a esse

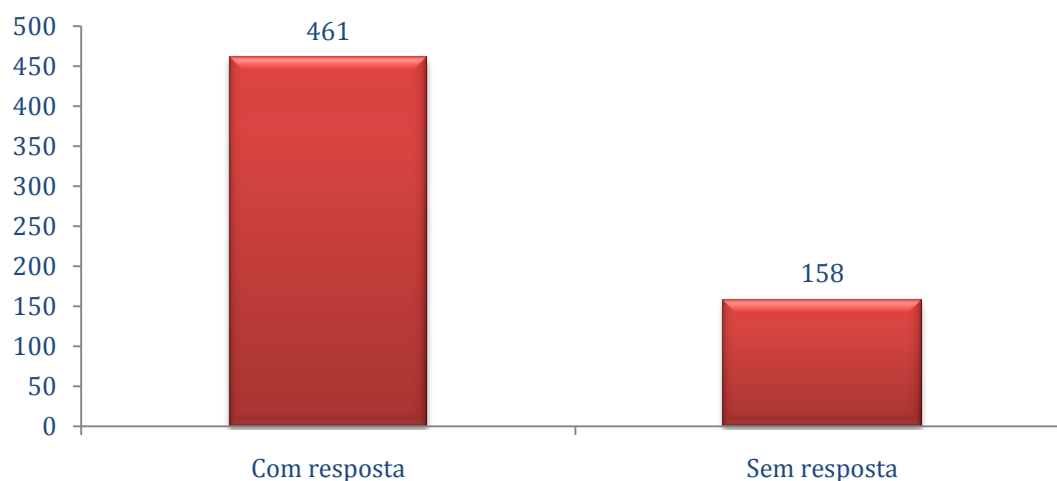
mesmo ano, efectuou-se a reavaliação relativa às situações pendentes do ano de 2008 e deu-se início aos processos alusivos às situações do ano de 2009.

Para podermos analisar melhor os resultados obtidos através deste procedimento, estão a ser elaborados relatórios anuais, sendo possível apresentar os resultados relativos ao ano de 2007, pois o tempo de resposta às segundas vias já finalizou.

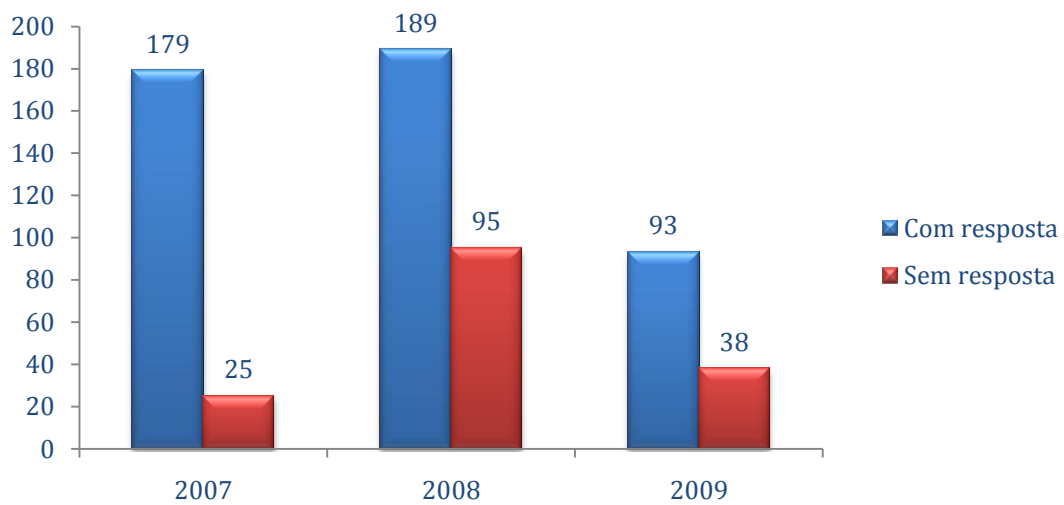
Distribuição da Reavaliação



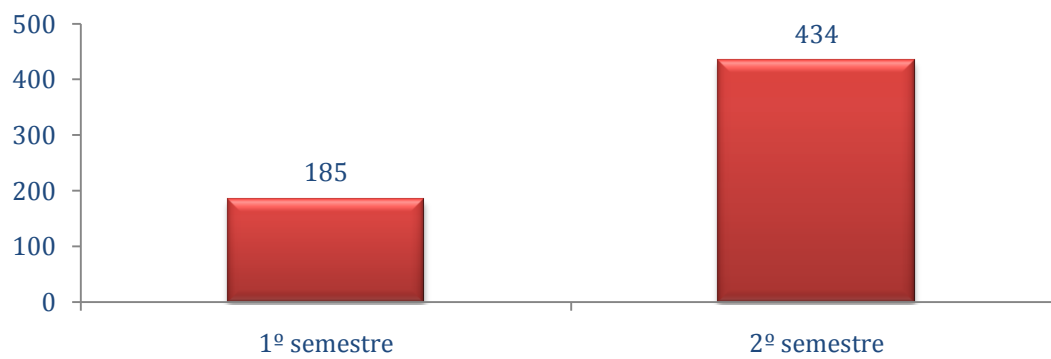
Resposta à Reavaliação



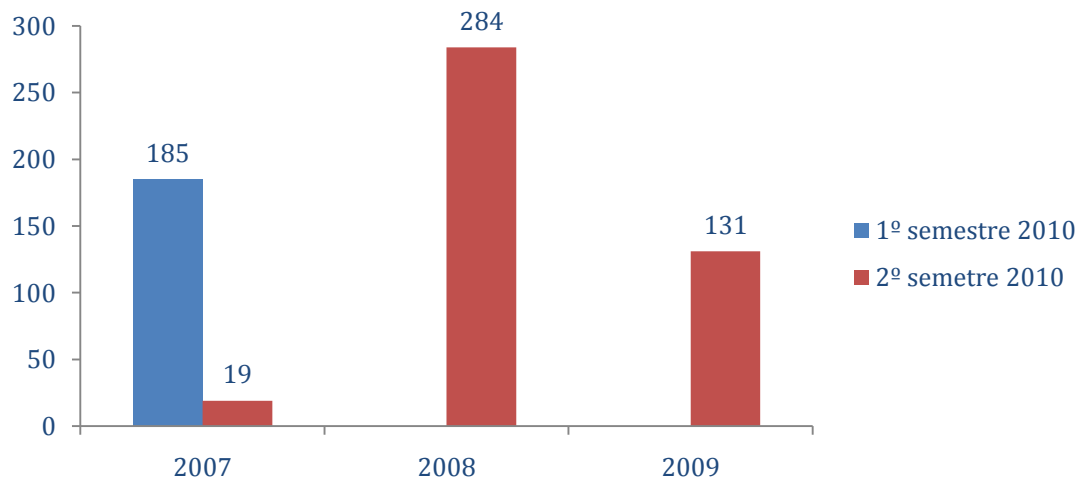
Resposta à Reavaliação



Distribuição da Reavaliação por Semestre



Reavaliação 2010



Legenda: Reavaliação efectuada em 2010 (1º e 2º semestre) dos processos de 2007, 2008 e 2009

E-MAIL

O SOS-Criança recebeu em 2010 um total de 480 emails.

O mês em que o SOS-Criança recebeu mais emails foi o mês de Maio e o que teve menos emails foi o mês de Agosto (provavelmente por ser um mês em que muitas pessoas estão em período de férias).

Em termos de género, a maioria dos apelantes que escreveram em 2010 para o SOS-Criança é do sexo feminino.

A grande maioria identifica-se embora exista uma pequena percentagem de apelantes que se mantém no anonimato.

São principalmente adultos que remetem emails ao SOS-Criança, havendo também muitos profissionais de instituições da comunidade que colocam questões ou sinalizam crianças em risco.

Relativamente ao problema apresentado via email pode-se referir que os utilizadores que preferem a utilização desta valência são na sua maioria cidadãos que relatam um problema que os afecta directamente, ou seja, têm uma relação directa com a situação que apresentam.

Relativamente às crianças que são alvo das sinalizações, pode-se referir que a maioria das crianças são do sexo feminino, apesar de existir pouca diferença em relação às do sexo masculino.

Foram 443 as crianças alvo de sinalização, 185 do sexo feminino e 167 do sexo masculino, havendo 91 não identificados a nível de género.

Em termos de faixa etária, a grande maioria das crianças, encontra-se na faixa dos 0 aos 5 anos de idade. Existe um grande número de crianças alvo de intervenção cujas idades não foram identificadas no email inicial. Numa fase posterior, já no encaminhamento da situação, estes dados são devidamente apurados.

O distrito de onde provêm a maioria das crianças sinalizadas na valência email é Lisboa.

Das diversas problemáticas que surgem por email, a maioria foi sobre a temática da criança desaparecida. Os apelantes utilizaram durante 2010 o recurso do email para reportar e remeter ao SOS-Criança, descrição de crianças que desapareceram, podendo anexar informações e imagens, para serem divulgadas desta forma prática e célere.

Esta problemática tem grande destaque porque relativamente a cada uma das crianças desaparecidas (principalmente crianças em fuga) são recebidos vários emails com informação pertinente e complementar. Isto significa que como existem vários emails sobre a mesma criança, essa é a razão para a acumulação de emails nesta problemática.

Para além da problemática do desaparecimento, são também reportadas situações de crianças vítimas de negligência por parte das suas famílias ou crianças em risco de forma geral, considerando risco qualquer situação que faça perigar a sua vida e/ou coloque em causa a sua saúde física ou mental.

A maioria das situações apresentadas não carecem de um encaminhamento, ou seja, de abertura de processo e contacto com as entidades locais, necessitam principalmente de resposta em termos de informação ou orientação do apelante relativamente ao problema em causa.

Os apelantes ficam desta forma munidos de informação para recorrer por si próprios aos serviços da comunidade ou simplesmente ficarem esclarecidos quanto às questões que colocam.

Os serviços da comunidade ou entidades que existem como resposta para o apelante, para além do SOS-Criança, são na sua maioria as CPCJ (Comissões de Protecção de Crianças e Jovens em Risco), os serviços locais da Segurança Social e também o IAC noutros sectores da sua intervenção, tais como o Projecto Rua ou o Apoio Jurídico.

Recebemos ainda muitos apelos que são relativos a uma mesma situação, ou seja, cada uma das situações apresentadas pode ter vários apelos, em que a informação é complementada e trocam-se perguntas e respostas relativas à situação apresentada.

Resumindo e comparando com o ano anterior, de 2009, pode-se referir que no ano de 2010 se recebeu menos emails do que em 2009. Uma provável causa foi o facto de se terem interrompido várias correntes de emails falsos e desactualizados que circulavam, acerca de crianças desaparecidas.

Em termos do mês de recepção de emails, não há também qualquer comparação significativa a fazer pois os resultados são díspares.

Nas outras vertentes os padrões mantêm-se, havendo equilíbrio nos resultados apresentados. O registo é muito semelhante nos dois anos.

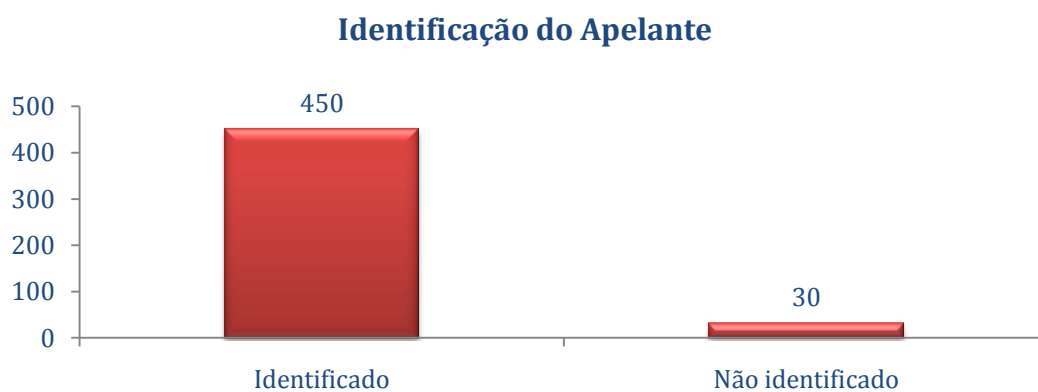
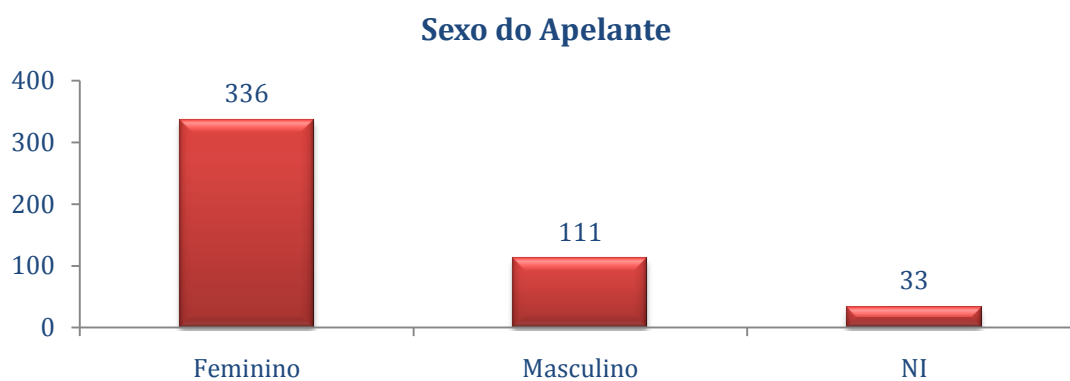
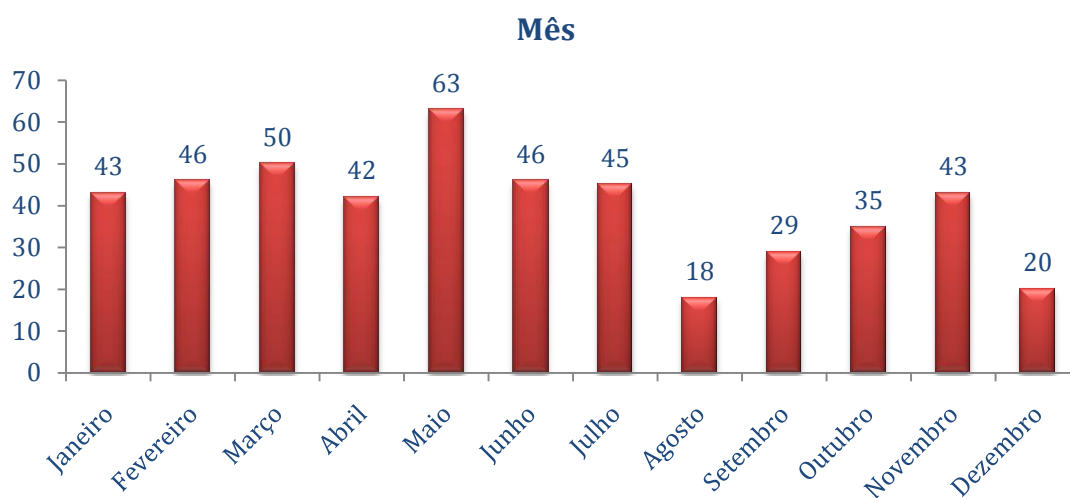
Os apelantes são na sua maioria adultos e do sexo feminino.

O distrito de origem dos apelantes e por consequência o distrito das crianças sinalizadas, é na maioria Lisboa.

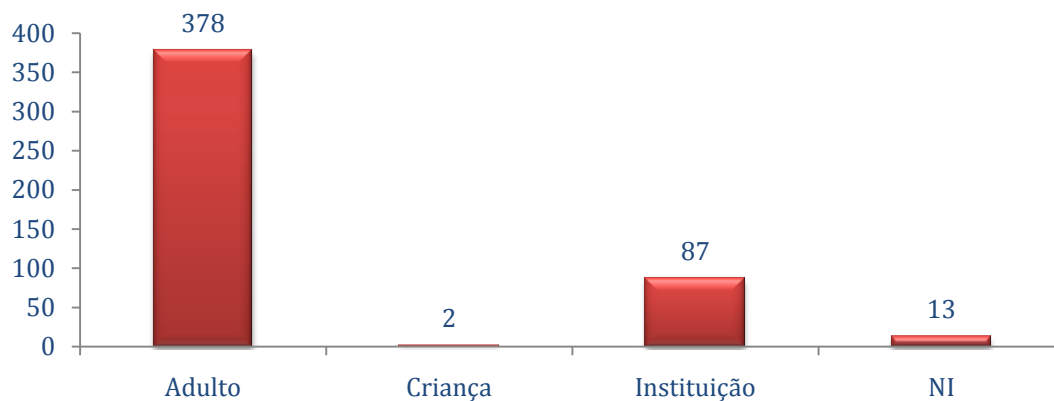
A faixa etária das crianças envolvidas nas sinalizações é principalmente até aos 5 anos e de seguida dos 11 aos 16 anos.

A maioria das sinalizações carece de resposta em termos de orientação do apelante para recorrer aos serviços da comunidade ou apenas de uma informação da parte do SOS-Criança, sendo essa vertente mais saliente em comparação com as situações que levam a abertura de processo e posterior encaminhamento por parte do SOS-Criança e não do apelante por si próprio.

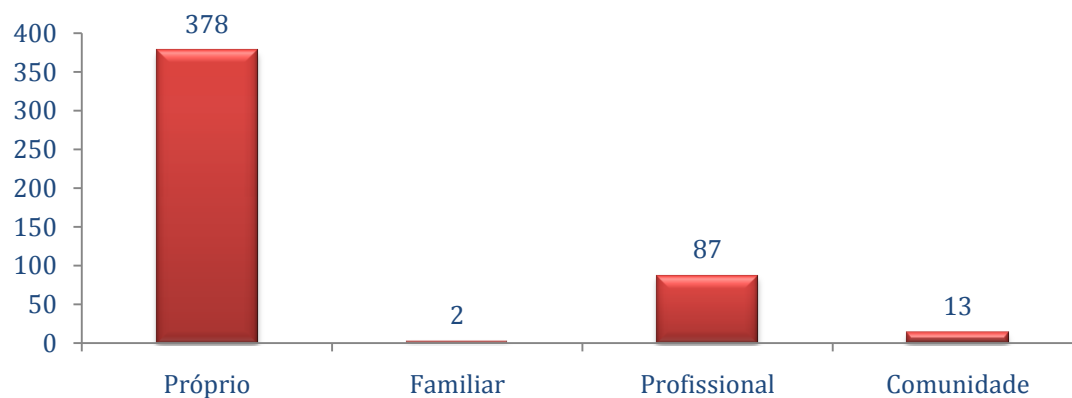
A problemática mais sinalizada através de email é o desaparecimento de crianças. São trocados vários emails com o objectivo de divulgar, informar e anexar imagens (fotos).



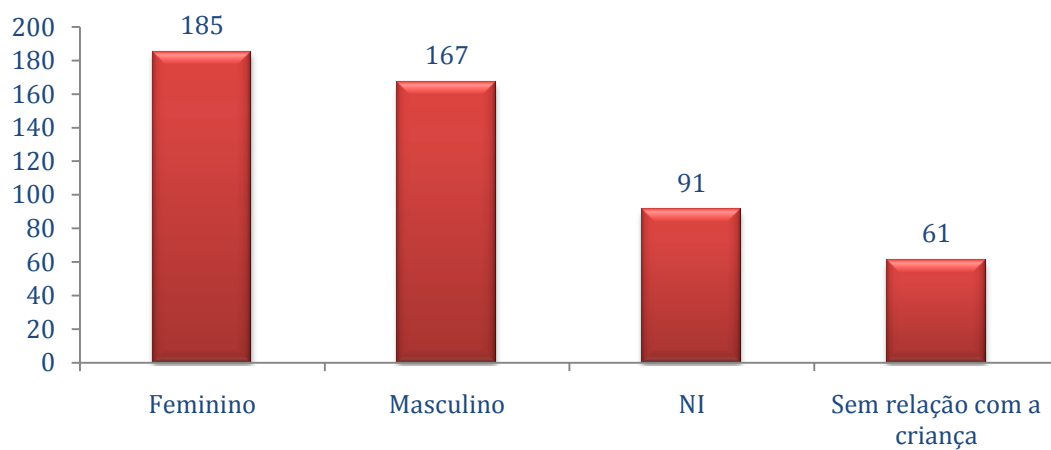
Caracterização do Apelante



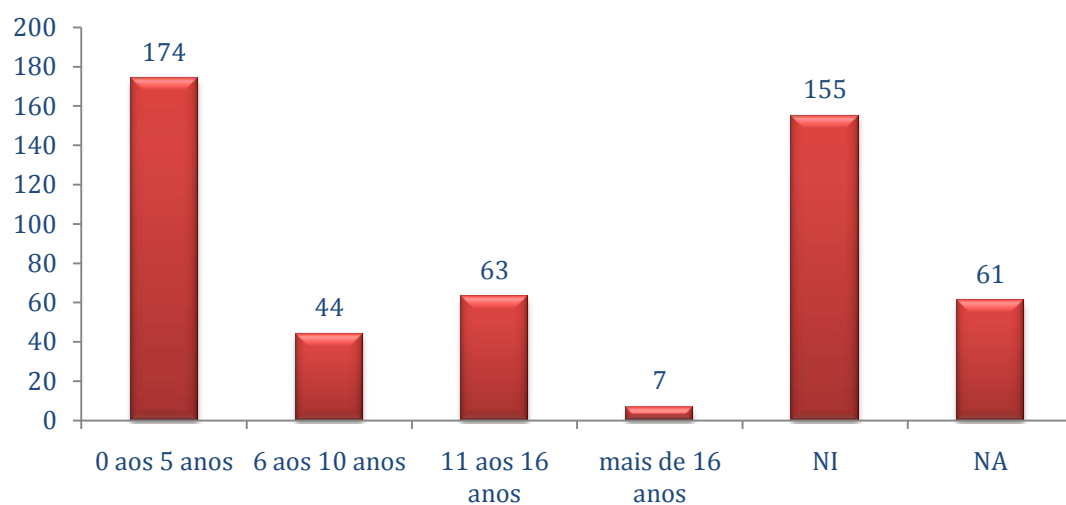
Relação do Apelante com o Problema



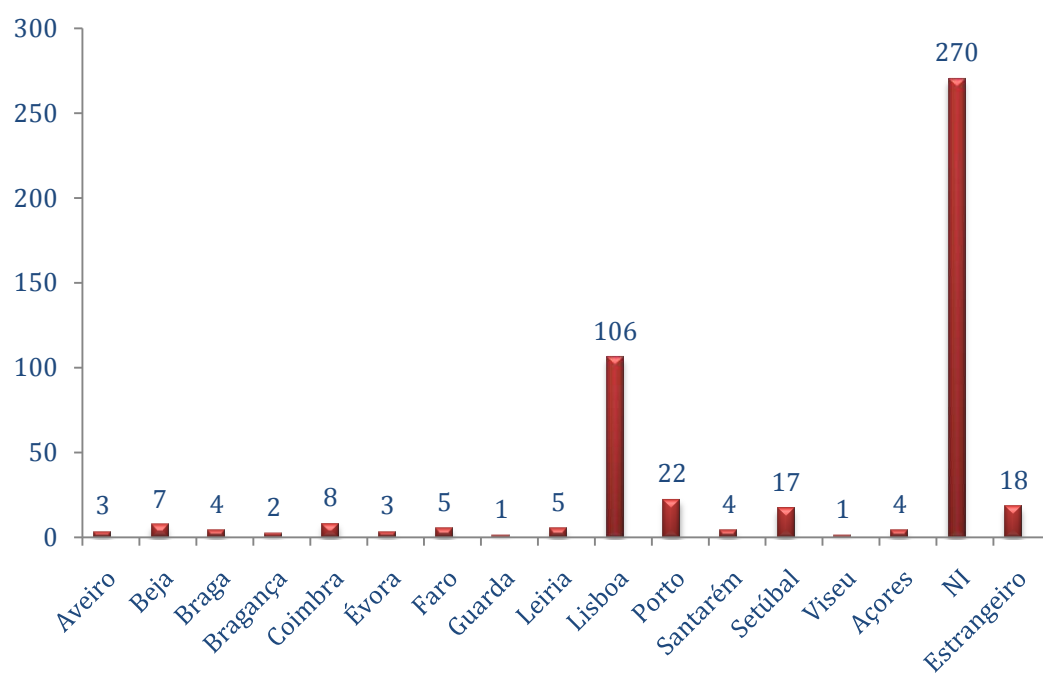
Sexo da Criança Envolvida



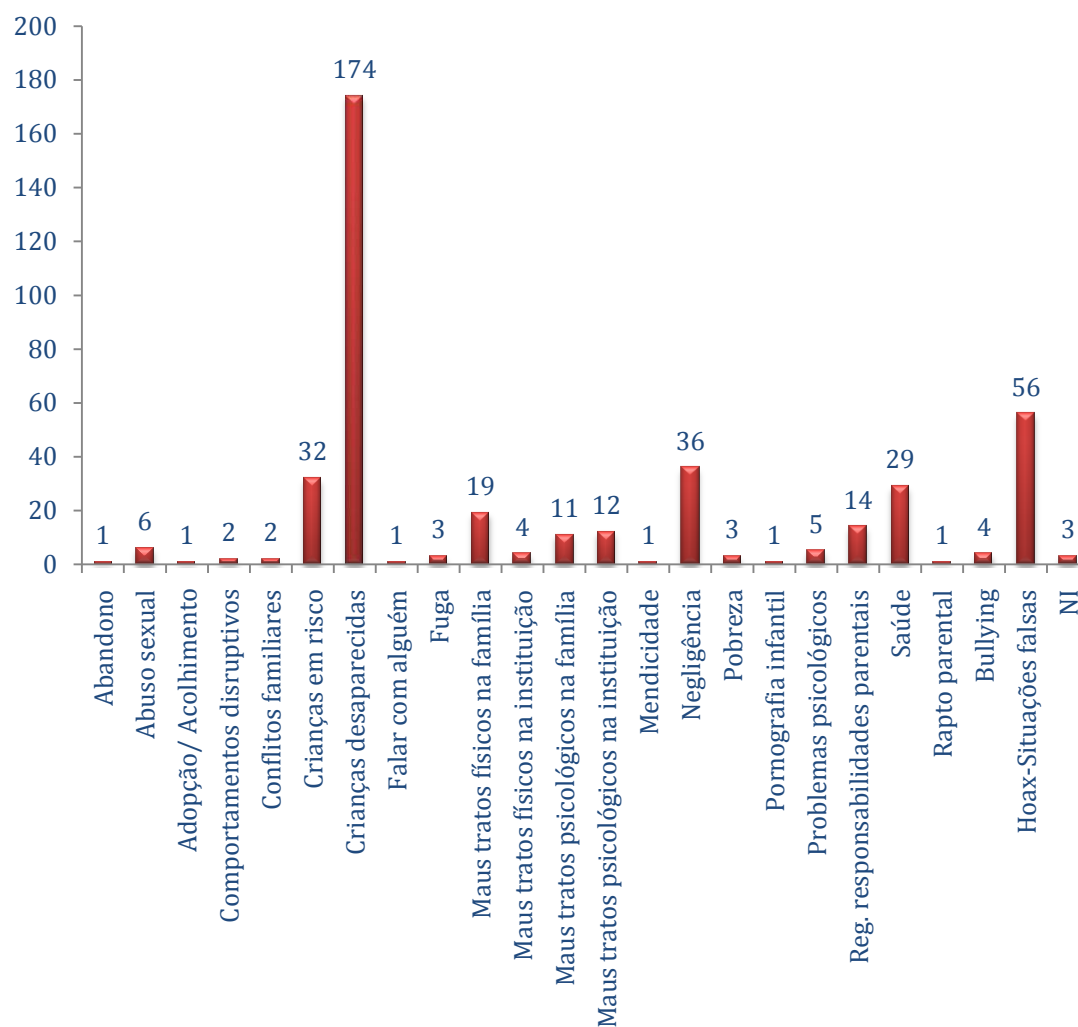
Idade da Criança



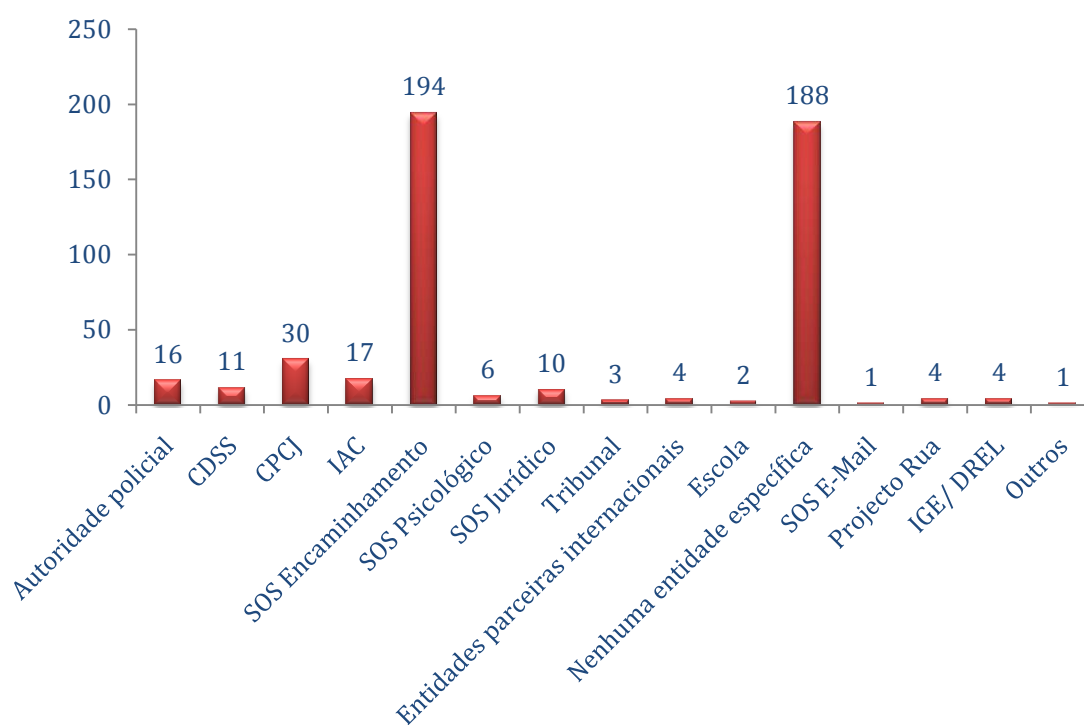
Distrito



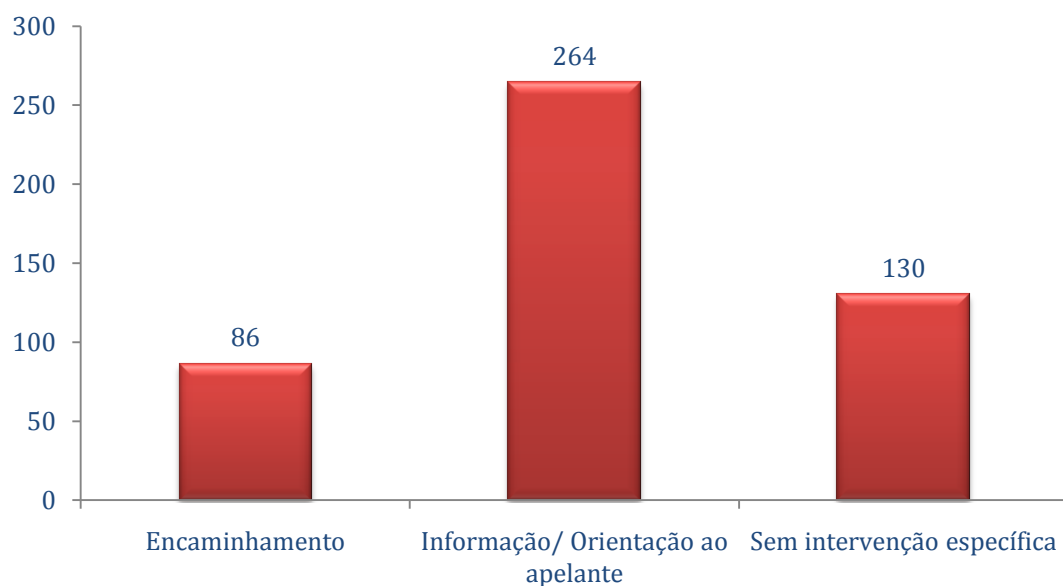
Problemáticas



Entidades Contactadas



Orientação



ATENDIMENTO PSICOLÓGICO

No decorrer do ano de 2010, o Serviço SOS-Criança recebeu 104 novos casos no Atendimento Psicológico Personalizado; ou seja, cento e quatro novos pedidos para marcação de consultas psicológicas. Destes, trinta e cinco referem-se a processos de acompanhamento psicológico que transitaram de anos anteriores.

Os meses de Março e Novembro, foram os meses em que a recepção de novas situações mais se salientou, com onze novos casos em Novembro e dez durante o mês de Março. Os meses de Junho e Julho, foram os meses em que ocorreram menos marcações novas. No mês de Agosto, não se efectuaram marcações de novas situações no Serviço de Atendimento Psicológico.

Relativamente, às crianças e aos adolescentes que recorreram ao Serviço de Atendimento Psicológico do SOS-Criança, cinquenta e seis dos processos em acompanhamento psicológico referem-se ao género masculino e quarenta e oito ao género feminino.

Destes cento e quatro novos casos que recorreram ao Atendimento Psicológico Personalizado, em 2010, a faixa etária com maior número de crianças diz respeito ao intervalo compreendido entre os seis anos e os dez anos de idade (com sessenta e três casos). De seguida, surge a faixa etária compreendida entre os onze anos e os dezasseis anos (com trinta e três casos).

A grande maioria das crianças e dos adolescentes, atendidas no Serviço de Atendimento Psicológico, provêm do Distrito de Lisboa, seguido do Distrito de Setúbal.

No que se refere ao Concelho de onde provêm os pedidos de Atendimento Psicológico, o concelho de Lisboa é aquele que abrange o maior número de pedidos (com quarenta e sete casos), seguido do concelho da Amadora (com dezasseis casos) e do concelho de Sintra (com onze casos).

A problemática mais salientada no Atendimento Psicológico prende-se sobretudo com os Problemas de Comportamento (vinte e oito casos). Contudo, outras problemáticas têm também relevância quando procuram o Serviço de Atendimento Psicológico Personalizado; tais como, os Problemas Emocionais (dezassete casos), as Dificuldades de Aprendizagem (dezasseis casos) e os Conflitos Familiares (doze casos).

Tendo em conta a via de sinalização, durante o ano de 2010, a maioria dos Atendimentos Psicológicos, foram sinalizados através de outros Atendimentos Psicológicos que já frequentavam ou que já frequentaram anteriormente o Serviço e também surgem através dos técnicos do Serviço.

Significa então, que grande número dos Atendimentos Psicológicos marcados no ano de 2010, surgem no nosso Serviço por recomendação de outros utentes.

As escolas sinalizaram também ao Serviço Psicológico Personalizado, um número significativo de novas situações (dezassete); assim como também surgiram novas

marcações que recorreram primeiro ao Serviço de Atendimento Telefónico do SOS-Criança e que posteriormente foram orientadas para o Serviço Psicológico Personalizado.

Ao longo dos atendimentos psicológicos e porque o SOS-Criança é o principal responsável no acompanhamento das crianças e dos adolescentes, a entidade mais contactada durante estes acompanhamentos psicológicos foi significativamente a própria família. Estabeleceram-se ainda contactos com as respectivas escolas, num número relevante, também com o Centro de Saúde/Hospital e Pedopsiquiatria, com o Núcleo de Intervenção de Crianças em Fuga – NICF, do Projecto Rua – IAC, com a Santa Casa da Misericórdia, entre outros.

O meio de contacto privilegiado para os contactos estabelecidos ao longo do acompanhamento psicológico foi o telefone e o contacto personalizado (reunião ou entrevista).

O número de contactos, por cada caso, variou entre um e seis ou mais contactos. Estes contactos, podem ter sido estabelecidos por via telefónica, através de correio electrónico, de fax ou ainda directamente, em reunião com o técnico.

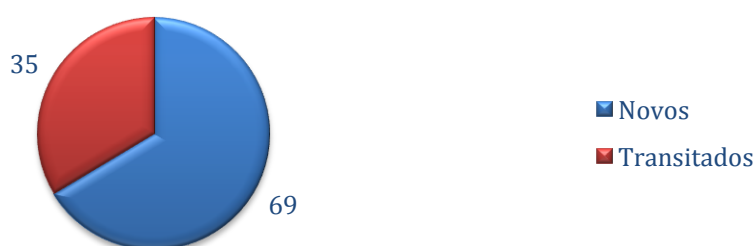
Considerando as respostas das instituições, maioritariamente existe um acompanhamento à criança e à família (noventa); sendo necessário, por vezes, a intervenção pontual com outros serviços ou entidades.

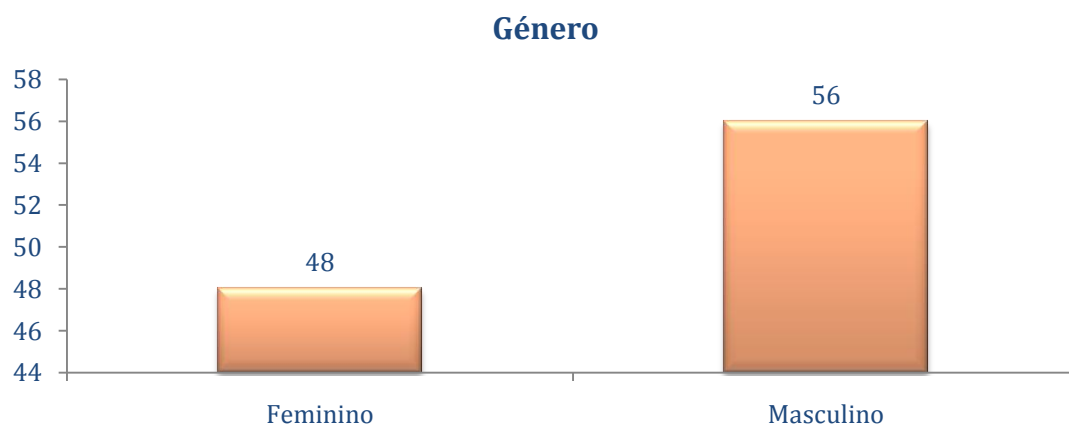
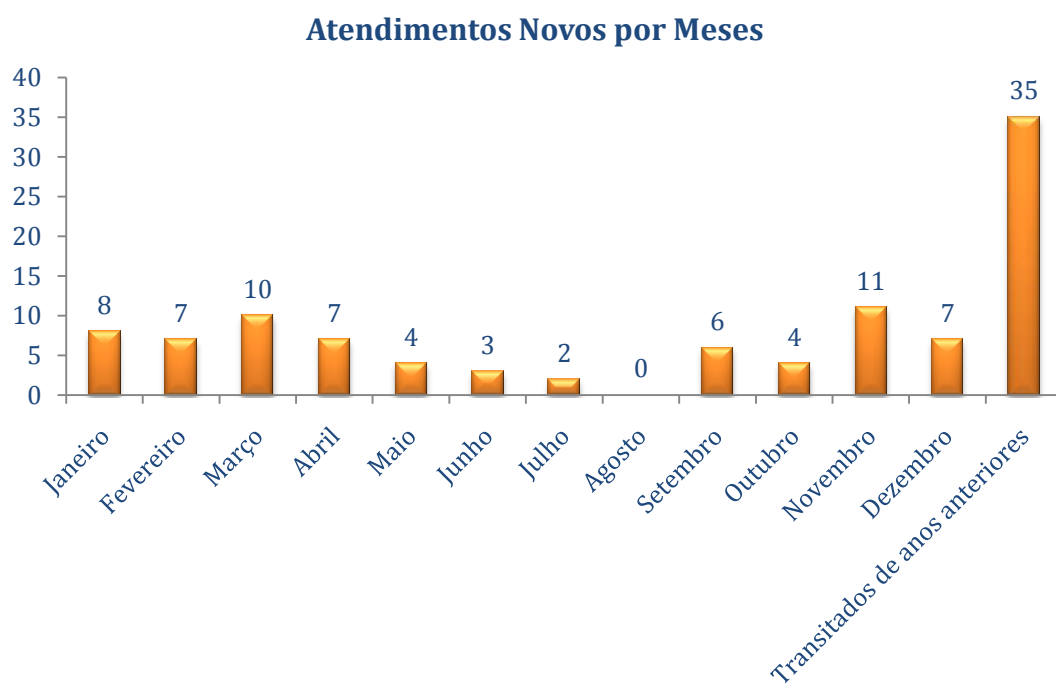
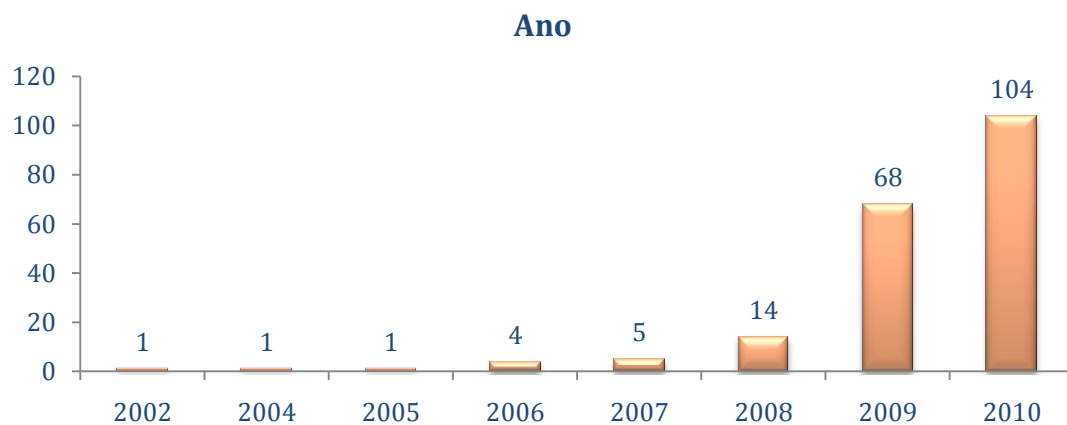
A instituição responsável pelo encaminhamento é maioritariamente o SOS-Criança. No entanto, tratam-se de situações em que, algumas vezes, é necessário complementar com outras entidades, como é o caso, por exemplo, do Serviço de Pedopsiquiatria. O Atendimento Psicológico Personalizado; por vezes, articula também com o Serviço Personalizado Jurídico, do Instituto de Apoio à Criança.

No que respeita à intervenção por parte do Serviço de Atendimento Psicológico do SOS-Criança, grande parte das situações sinalizadas foram alvo de um acompanhamento psicológico (setenta e oito situações), sendo que quarenta e sete situações foram complementadas com Avaliação Psicológica realizada através da aplicação de testes e provas psicológicas que permitiram avaliar as características específicas da personalidade das crianças e dos adolescentes e traçar um diagnóstico, para posterior intervenção terapêutica.

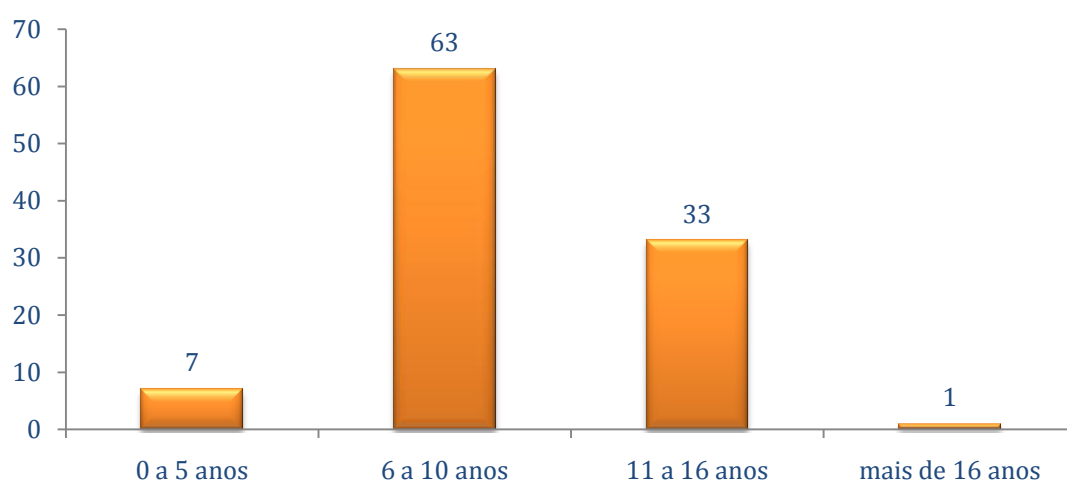
O número de sessões para a maioria dos casos recebidos variou entre uma e oito sessões. Existiu um caso em que foi necessário realizar treze sessões com a criança.

Total de Atendimentos

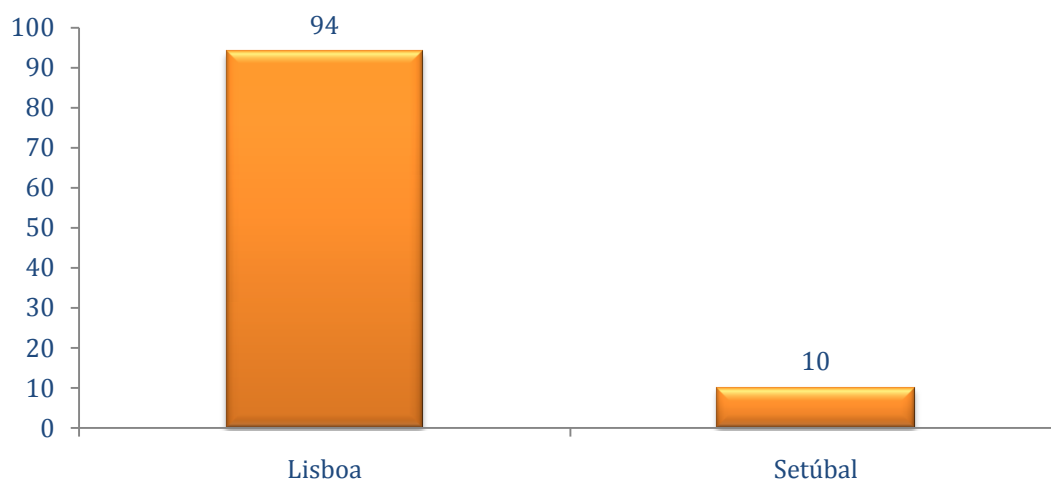




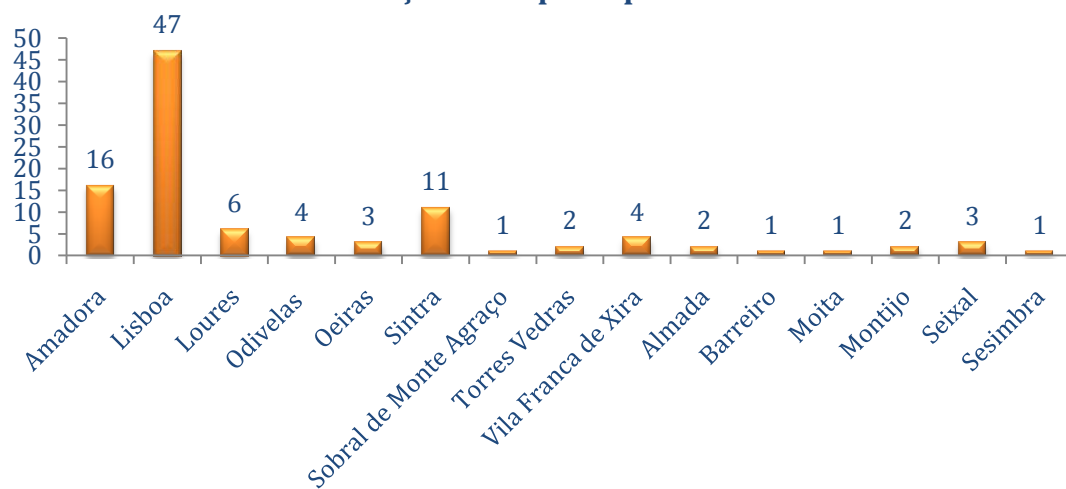
Idade das Crianças

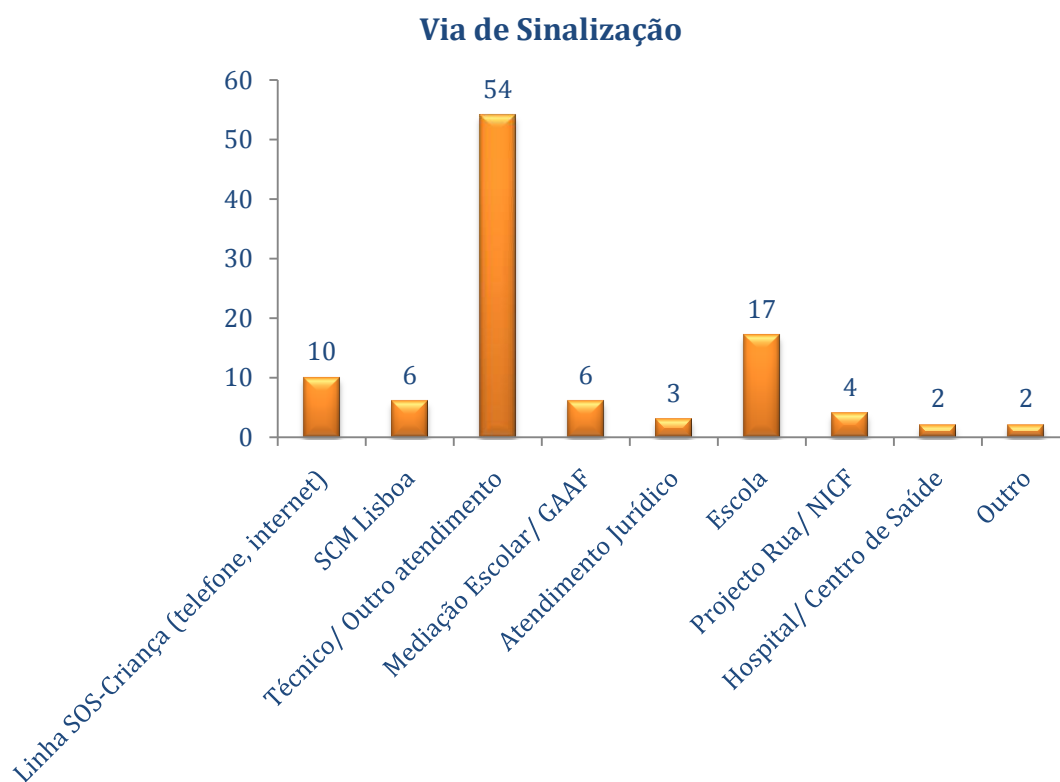
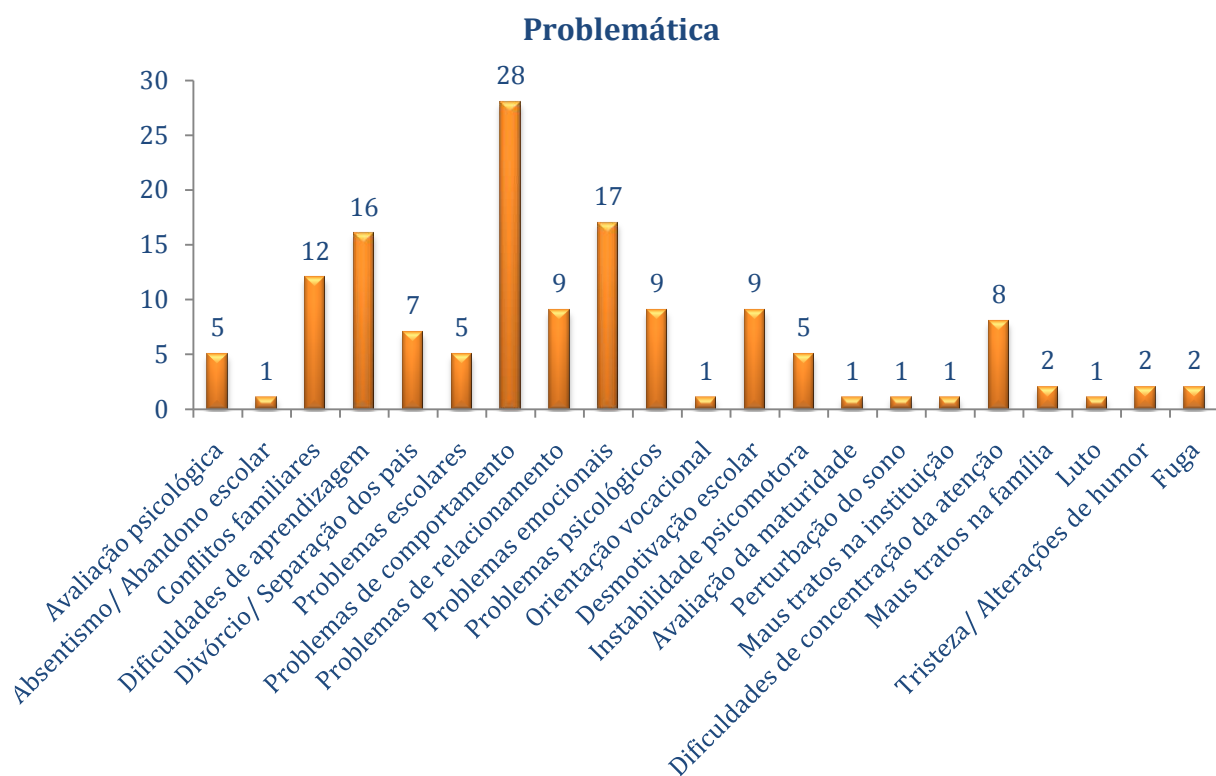


Distribuição dos Apelos por Distrito

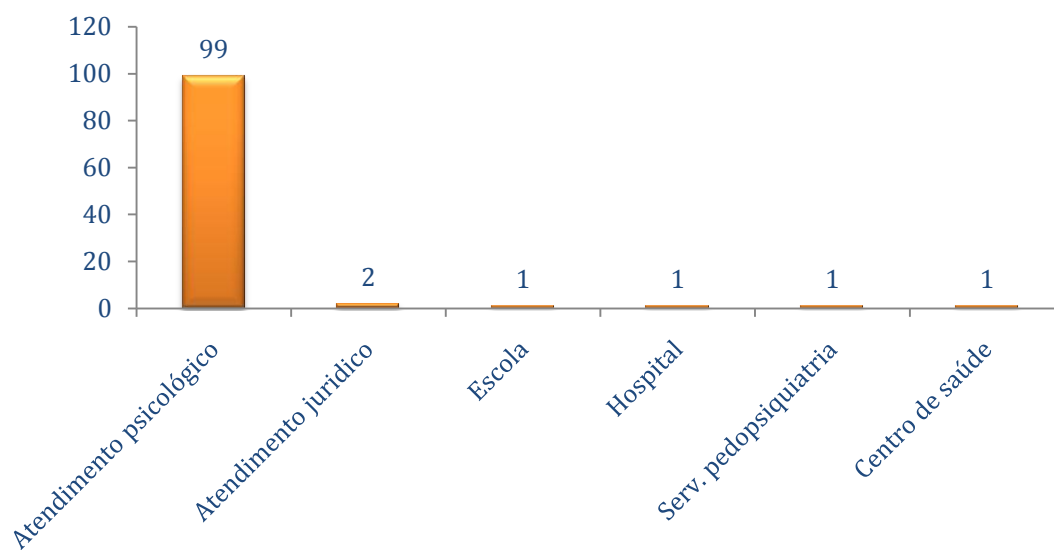


Distribuição dos Apelos por Concelho

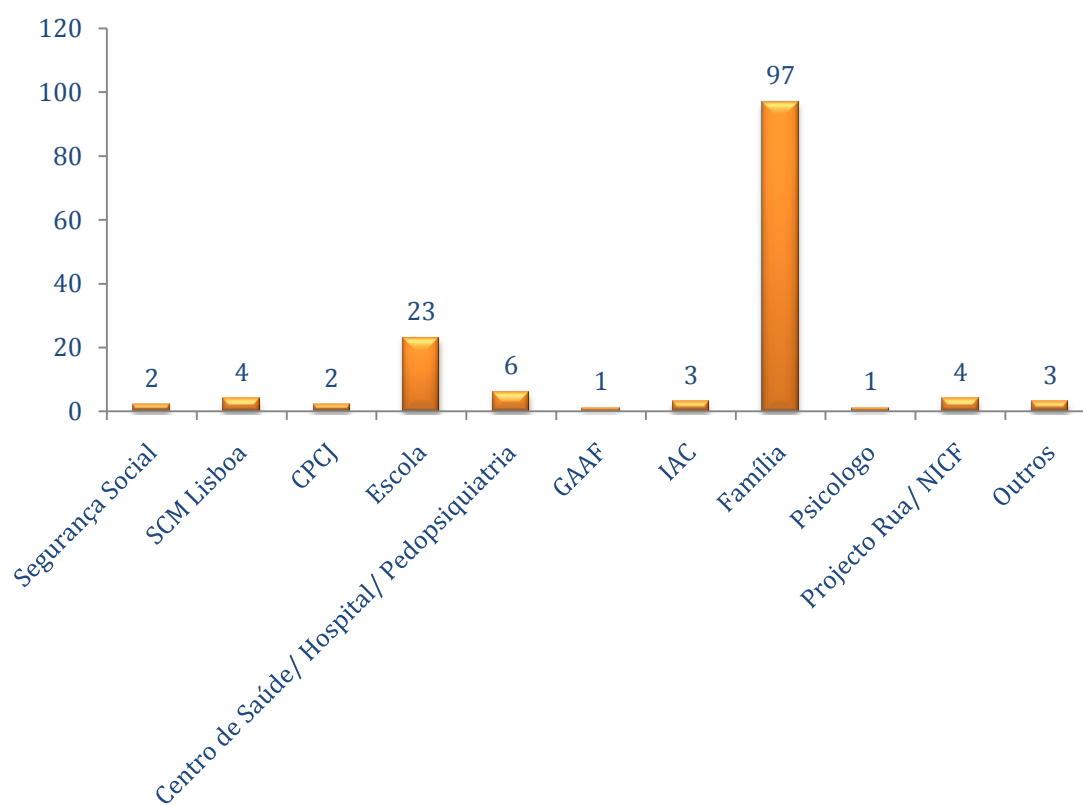




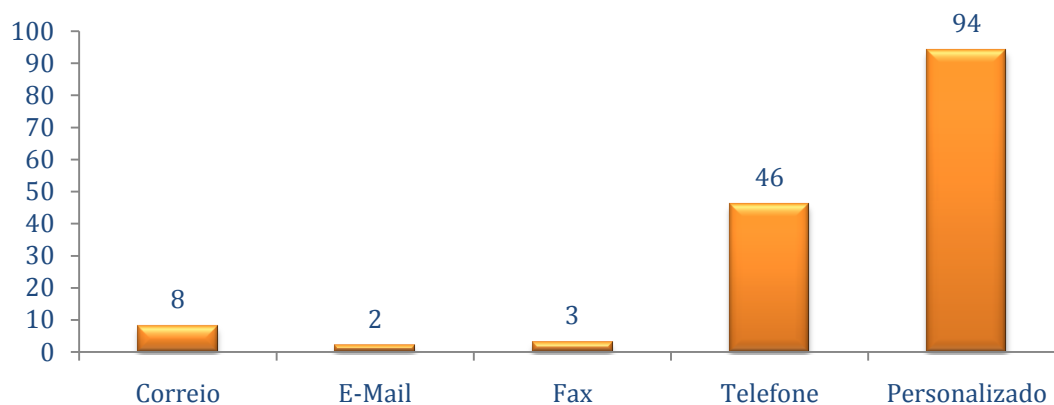
Instituição Responsável pelo Encaminhamento



Entidades Contactadas



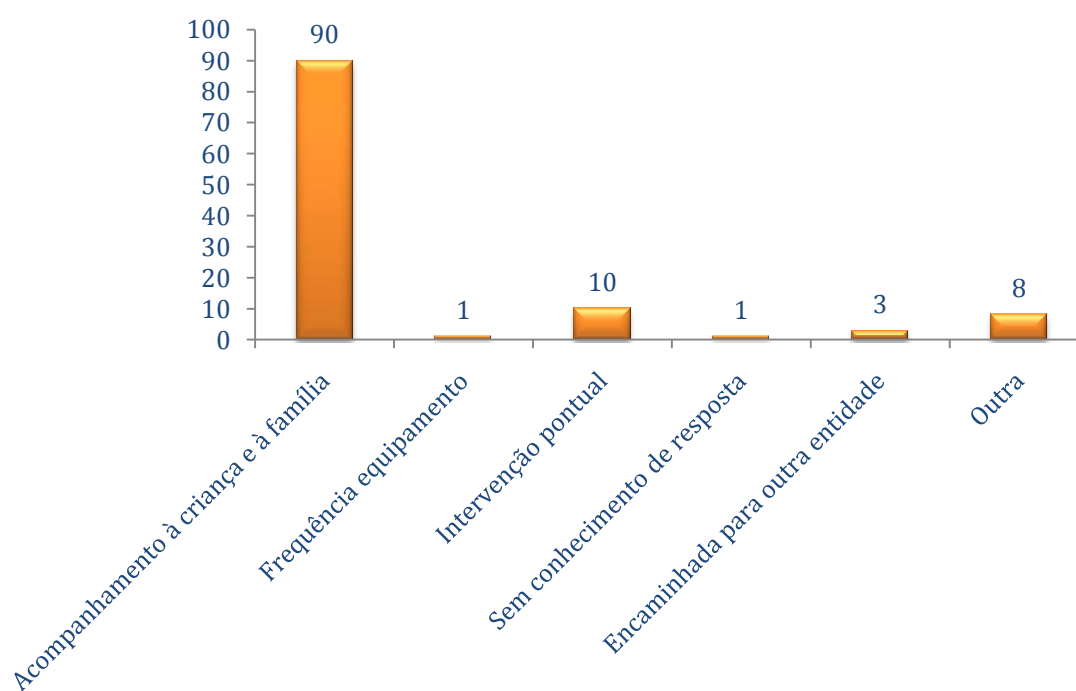
Meio de Contacto



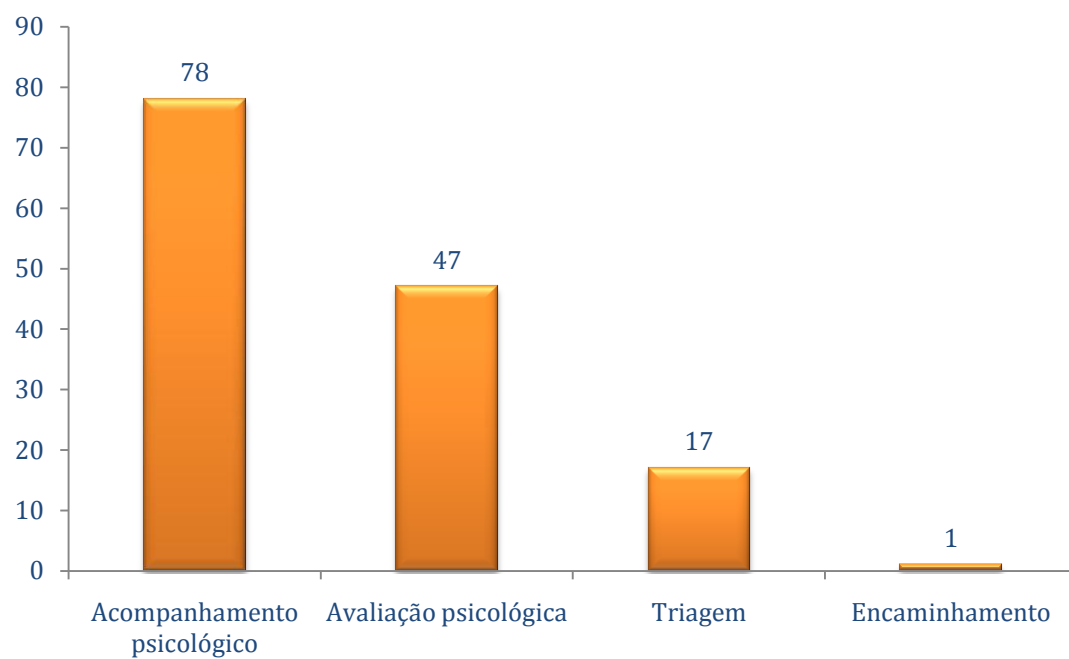
Número de Contactos



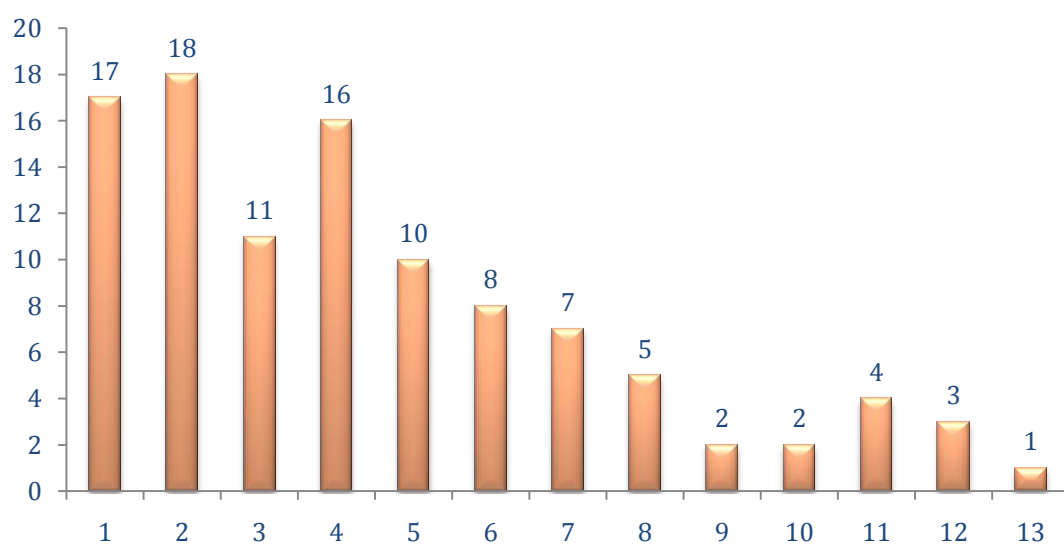
Resposta das Instituições ao Encaminhamento



Intervenção



Nº de Sessões



MEDIAÇÃO ESCOLAR

2009-2010

O Instituto de Apoio à Criança (IAC), é composto por várias valências entre as quais o SOS-Criança onde se integra a Mediação Escolar, que promove os ***Gabinetes de Apoio ao Aluno e à Família*** (GAAF) nas Escolas.

A finalidade do GAAF, é contribuir para o crescimento harmonioso e global criança, promovendo um ambiente mais humanizado e facilitador da integração social.

Subjacente à filosofia da Mediação Escolar, o aluno é considerado o principal “actor” dentro da escola e apenas através da sua participação activa, empenhada e da sua colaboração, é possível melhorar o clima em que se vive na escola e na comunidade, por isso, o aluno é o elemento central da intervenção desenvolvida pelo GAAF. Neste sentido, utilizam-se como estratégias de intervenção centradas no aluno, o acompanhamento individualizado e em grupo no pátio, o atendimento ao aluno, o apoio e acompanhamento em grupos/turma, o apoio psicossociopedagógico e o encaminhamento para outras entidades.

Apesar de o aluno ser considerado o principal interveniente na escola, considera-se que a Escola é de toda a comunidade escolar, enfatizando-se a necessidade do GAAF realizar a sua intervenção com as Famílias dos alunos, reforçando o seu papel como agentes de socialização dos mesmos.

Posto isto, a intervenção do GAAF tem por base, os seguintes objectivos:

1. Promover condições psico-socio-pedagógicas que contribuam para a consolidação do sucesso escolar e pessoal da criança/ jovem.
 - a. Promover o desenvolvimento de competências pessoais e sociais do aluno.
 - b. Contribuir para a reflexão e concretização do projecto de vida da criança/ jovem.
 - c. Promover iniciativas para fomentar a relação entre os agentes da comunidade escolar.
2. Diminuir situações de risco.
 - a. Diminuir situações de abandono escolar.
 - b. Diminuir situações de absentismo escolar.
 - c. Diminuir situações de violência escolar.
 - d. Diminuir situações que coloquem em causa a integridade física e emocional da criança/ jovem.
 - e. Diminuir situações de consumo de substâncias psicoactivas.
3. Promover a inter-relação entre os diversos intervenientes Família/ Escola/ Comunidade, como agentes participantes no processo de desenvolvimento sócio-educativo.
 - a. Criar e dinamizar a Rede de Apoio Social (RAS).
 - b. Promover o envolvimento parental no percurso escolar do aluno.

No que respeita às metodologias de actuação e intervenção, O GAFF escuta adultos e crianças, alunos e professores, famílias e a comunidade. Posteriormente, através

da mediação, apresenta pareceres, informações, diagnósticos e planos de intervenção, tendo uma rede de apoio social de acompanhamento psicossociopedagógico sistemático, contínuo ou pontual. Esta intervenção apenas é possível com a total colaboração por parte da Escola, da Família e da Comunidade.

- Abordagem e acompanhamento à criança/ jovem, em contexto formal e informal, estabelecendo uma relação de confiança e empatia com a mesma.
- Abordagem e acompanhamento à família, em contexto formal e informal, estabelecendo uma relação de confiança com a mesma.
- Articulação directa e permanente com professores e elementos da comunidade educativa.
- Trabalho em parceria com entidades e organismos externos de apoio.

O presente relatório pretende avaliar e reflectir acerca do trabalho desenvolvido pelos GAAF do IAC existentes a nível nacional. Do total dos GAAF, quatro são de inteira responsabilidade do IAC e co-financiados pelo Programa para a Inclusão e Cidadania (PIEC). Os restantes são financiados por Associações de Pais, ou implementaram-se através do projecto TEIP ou, através de acordos atípicos com o Instituto da Segurança Social, Juntas de Freguesia entre outros...

Os GAAF referenciados nesta exposição remetem para um conjunto de 19 agrupamentos escolares do universo de 34 GAAF. Desses, 15 não entregaram os relatórios, nomeadamente, os GAAF dos Agrupamentos de Escolas: Tramagal, Francisco de Arruda, Bairro Padre Cruz, Sacavém e Prior Velho, Pedro de Santarém (dois GAAF), Damião de Góis, Manuel da Maia, N.º1 de Portalegre, N.º2 de Portalegre, Escola Secundária São Lourenço, N.º2 de Beja, Fialho de Almeida, Alvito e Vidigueira. O prazo de entrega dos relatórios, foi inicialmente até 30 de Junho de 2010, posteriormente alargado para 15 de Julho de 2010 e finalmente para 15 de Agosto de 2010, não tendo sido por todos os GAAF, pelo que, até à data só foram entregues 19 relatórios, ao que se refere o presente documento:

Distrito de Guarda

- Agrupamento de Escolas de Vila Nova de Tazém (Gouveia).

Distrito de Coimbra

- Agrupamento de Escolas da Escalada (Pampilhosa da Serra);

- Agrupamento de Escolas de São Silvestre (Coimbra);

- Escola Secundária Bernardino Machado (Figueira da Foz).

Distrito de Leiria

- Escola Secundária Eng. Calazans Duarte (Marinha Grande).

Distrito de Santarém

- Agrupamento de Escolas Educor (Coruche);

- Agrupamento de Escolas Alvega e Concavada (Alvega).

Distrito de Lisboa

- Agrupamento de Escolas Vialonga (Vila Franca de Xira);

- Agrupamento de Escolas Alapraia (Cascais);

- Agrupamento de Escolas São João da Talha (Loures).

Distrito de Setúbal

- Agrupamento de Escolas Paulo da Gama (Seixal);

- Agrupamento de Escolas Terras de Larus (Seixal);

- Agrupamento de Escolas Pedro Eanes Lobato (Seixal);
- Agrupamento de Escolas Rouxinol (Seixal);
- Agrupamento de Escolas da Quinta do Conde (Sesimbra).

Distrito de Beja

- Agrupamento de Escolas N.º3 de Beja (Beja);
- Agrupamento de Escolas de Santa Maria (Beja).

Distrito de Faro

- Agrupamento Vertical de Escolas da Sé (Faro);
- Agrupamento Vertical de Escolas de Estômbar (Lagoa).

Pretende-se, com este documento divulgar o trabalho realizado no âmbito dos GAAF, apresentando informação estatística e respectiva análise de toda a intervenção ocorrida por parte dos técnicos. É preocupação não só divulgar e discutir a metodologia de intervenção, nomeadamente as acções e actividades desenvolvidas ao longo deste ano lectivo, como também reflectir acerca da realidade educativa dos Agrupamentos de Escolas e das respectivas comunidades envolventes.

Importa salientar também a reflexão final que, em jeito de conclusão, pretende ser uma discussão acerca dos objectivos delineados, pertinência e constrangimentos deste projecto.

Os dados apresentados dizem respeito a um universo de 1808 alunos sinalizados ao GAAF, que representam os 19 Agrupamentos referidos.

Para uma melhor caracterização do universo a estudar, e uma mais fácil leitura das estratégias utilizadas optou-se pela divisão da informação nas seguintes categorias: número de alunos sinalizados, situação escolar, problemática individual, situação familiar, situação sócio económica do agregado familiar e actividades desenvolvidas. Esta mesma categorização foi utilizada para a estruturação deste documento. Nas situações de maior pertinência e para facilitar a análise é apresentada tabela de dados e respectivo gráfico.

A elaboração deste relatório só foi possível devido ao contributo e ao esforço da Equipa da Mediação Escolar do Instituto de Apoio à Criança e das equipas dos Gabinetes de Apoio ao Aluno e à Família, aos quais se deixa um agradecimento.

TABELA Nº1: IDENTIFICAÇÃO DOS GAAF

<i>Agrupamento</i> <i>Escola Sede</i> <i>GAAF</i> <i>Coordenador</i> <i>E-mail Telefone</i> <i>Telemóvel / Fax</i>	<i>Escolas de Vila Nova de Tazem</i> EB 2,3 de Vila Nova de Tazém Gouveia Rui Gonçalves info@eb23-v-n-tazem.rcts.pt 238486474
<i>Agrupamento</i>	<i>Escolas da Escalada</i>

<i>Escola Sede</i> <i>GAAF</i> <i>Coordenador</i> <i>E-mail Telefone</i> <i>Telemóvel / Fax</i>	EB Pampilhosa da Serra Pampilhosa da Serra Vera Barata trilhosinova.pe@gmail.com 969452974
<i>Agrupamento</i> <i>Escola Sede</i> <i>GAAF</i> <i>Coordenador</i> <i>E-mail Telefone</i> <i>Telemóvel / Fax</i>	<i>Escolas de São Silvestre</i> EB 2,3 São Silvestre São Silvestre Augusta Lapo gaafs.silvestre@gmail.com 239963444
<i>Agrupamento</i> <i>Escola Sede</i> <i>GAAF</i> <i>Coordenador</i> <i>E-mail Telefone</i> <i>Telemóvel / Fax</i>	<i>Escola Secundária Bernardino Machado</i> Escola Secundária Bernardino Machado Bernardino Machado Antónia Santos esdbmachado@mail.telepac.pt 233425058
<i>Agrupamento</i> <i>Escola Sede</i> <i>GAAF</i> <i>Coordenador</i> <i>E-mail Telefone</i> <i>Telemóvel / Fax</i>	<i>Escola Secundária Eng. Calazans Duarte</i> Escola Secundária Eng. Calazans Duarte Marinha Grande Susana Jacinto susanagjacinto@gmail.com 911098781
<i>Agrupamento</i> <i>Escola Sede</i> <i>GAAF</i> <i>Coordenador</i> <i>E-mail Telefone</i> <i>Telemóvel / Fax</i>	<i>Escolas Educor</i> EB Dr. Armando Lizardo Educor Manuela Fonseca gaafeducor@gmail.com 961344583
<i>Agrupamento</i> <i>Escola Sede</i> <i>GAAF</i> <i>Coordenador</i> <i>E-mail Telefone</i> <i>Telemóvel / Fax</i>	<i>Escolas Alvega e Concavada</i> EB Dr. Fernando Loureiro Dr. Fernando Loureiro Silvia Matela gaafdrfernandoloureiro@gmail.com 968403558
<i>Agrupamento</i>	<i>Escolas Vialonga</i>

<i>Escola Sede</i> <i>GAAF</i> <i>Coordenador</i> <i>E-mail Telefone</i> <i>Telemóvel / Fax</i>	EB Vialonga Vialonga Madalena Cordeiro madalenaocor@gmail.com 961620664
<i>Agrupamento</i> <i>Escola Sede</i> <i>GAAF</i> <i>Coordenador</i> <i>E-mail Telefone</i> <i>Telemóvel / Fax</i>	<i>Escolas Alapraia</i> EB Alapraia Alapraia Mariana Calado gaaf.iac.a@gmail.com 914818849
<i>Agrupamento</i> <i>Escola Sede</i> <i>GAAF</i> <i>Coordenador</i> <i>E-mail Telefone</i> <i>Telemóvel / Fax</i>	<i>Escolas São João da Talha</i> EB 2,3 Jorge de Barros Jorge de Barros Ana Teresa Ferreira gaaf.iac.jb@gmail.com 964667382
<i>Agrupamento</i> <i>Escola Sede</i> <i>GAAF</i> <i>Coordenador</i> <i>E-mail Telefone</i> <i>Telemóvel / Fax</i>	<i>Escolas Paulo da Gama</i> EB Paulo da Gama Paulo da Gama Ângela Pereira gaaf.paulodagama@gmail.com 967013055
<i>Agrupamento</i> <i>Escola Sede</i> <i>GAAF</i> <i>Coordenador</i> <i>E-mail Telefone</i> <i>Telemóvel / Fax</i>	<i>Escolas de Terras de Larus</i> EB 2,3 Cruz de Pau Terras de Larus Anabela Lopes gaaf.iac.tl@gmail.com 212269810
<i>Agrupamento</i> <i>Escola Sede</i> <i>GAAF</i> <i>Coordenador</i> <i>E-mail Telefone</i> <i>Telemóvel / Fax</i>	<i>Escolas Pedro Eanes Lobato</i> EB Pedro Eanes Lobato Pedro Eanes Lobato Cláudia Afonso gaafpel@gmail.com 965494397
<i>Agrupamento</i> <i>Escola Sede</i>	<i>Escolas Rouxinol</i> EB Corroios

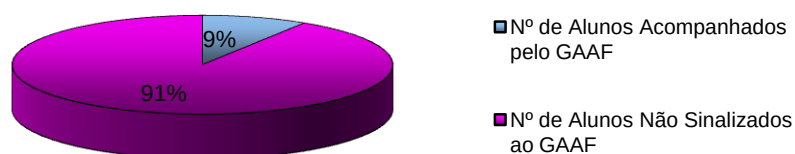
GAAF Coordenador E-mail Telefone Telemóvel / Fax	Miratejo Sandra Martins gaafmiratejo@gmail.com 964102032
Agrupamento Escola Sede GAAF Coordenador E-mail Telefone Telemóvel / Fax	Escolas da Quinta do Conde EBI da Quinta do Conde Quinta do Conde Helena Fernandes gaaf.iac.qc@gmail.com 938641373
Agrupamento Escola Sede GAAF Coordenador E-mail Telefone Telemóvel / Fax	Escolas Nº3 de Beja EBI de Santiago Maior Beja Manuela Vieira sementesdevida@gmail.com 965689349
Agrupamento Escola Sede GAAF Coordenador E-mail Telefone Telemóvel / Fax	Escolas Santa Maria EBI de Santa Maria Beja Luís Fernandes sementesdevida@gmail.com 934388443
Agrupamento Escola Sede GAAF Coordenador E-mail Telefone Telemóvel / Fax	Vertical de Escolas da Sé EB 2,3 de Santo António Faro Sofia Martins gaaf.faro@gmail.com 289896401
Agrupamento Escola Sede GAAF Coordenadora E-mail Telefone Telemóvel / Fax	Vertical de Escolas de Estômbar EB 2,3 Professor João Cónim Estômbar Sandra Barreto gaafestombar@gmail.com 912318561

Total de Alunos Sinalizados	1808
------------------------------------	-------------

Total de Alunos dos Agrupamentos	20557

No que se refere ao Universo de Alunos que constituem os 19 Agrupamentos de Escolas, verifica-se que 9% dos alunos foram acompanhados pelo GAAF (1808 em 20557).

Universo de Alunos

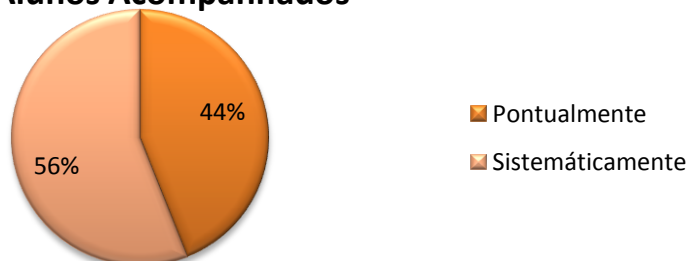


Seguidamente apresenta-se a distribuição dos alunos acompanhados pelos dezanove GAAF, por tipo de acompanhamento (*Pontual e Sistemático*), género (*Masculino e Feminino*), ciclo (*Jardim de Infância, 1º Ciclo, 2º Ciclo, 3º Ciclo, Curso de Educação e Formação, Percurso Curricular Alternativo e Programa Integrado de Educação e Formação*).

Tabela 2.1. – Distribuição dos alunos do GAAF por tipo de acompanhamento.

<i>Tipo de acompanhamentos</i>	Total	Percentagem
Pontual	802	44%
Sistemático	1006	56%
TOTAL	1808	100%

Alunos Acompanhados



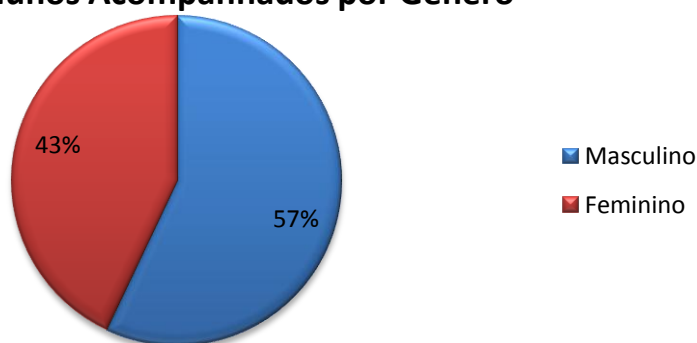
Em relação à tabela e ao gráfico que remetem para o total de alunos que foram acompanhados no âmbito do GAAF, pode mencionar-se que a percentagem dos alunos acompanhados sistematicamente é superior à percentagem dos alunos acompanhados pontualmente (56% para 44%). Isto sugere que a uma

percentagem superior dos alunos, quer pela complexidade das problemáticas, quer pelo tempo necessário para a criação de uma relação de empatia, necessitam de um acompanhamento regular, global e continuado. Neste sentido, esta foi a metodologia de trabalho mais frequentemente praticada.

Tabela 2.2. – Distribuição dos alunos acompanhados pelos GAAF por género.

<i>Género</i>	Total	Percentagem
Masculino	1026	57%
Feminino	782	43%
TOTAL	1808	100%

Alunos Acompanhados por Género

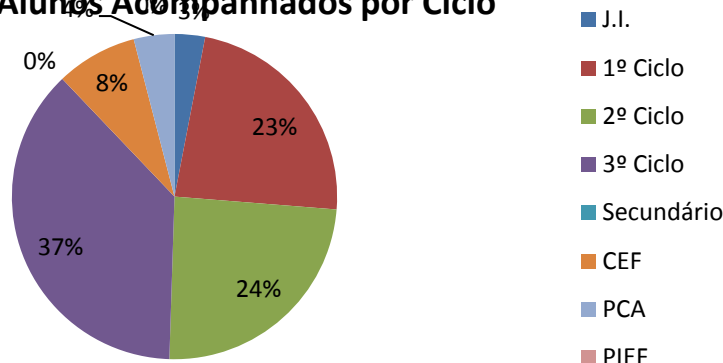


Relativamente à distribuição dos alunos por género pode-se constatar que a maioria pertence ao género masculino (57%).

Tabela 2.3. – Distribuição dos alunos acompanhados pelos GAAF por ciclo.

<i>Por ciclo</i>	Total	Percentagem
JI	57	3.1%
1º ciclo	424	23.4%
2º ciclo	436	24.1%
3º ciclo	677	37.4%
Secundário	2	0.1%
CEF	139	7.7%
PCA	81	4.4%
PIEF	2	0.1%
TOTAL	1808	100%

Alunos Acompanhados por Ciclo



Da análise do gráfico e da tabela, pode verificar-se que a percentagem superior de alunos acompanhados pelo GAAF pertence ao 3º ciclo (37%), seguindo-se o 2º ciclo (24%) e o 1º ciclo (23%). Destacam-se pequenas minorias do CEF (8%), PCA (4%) e J.I. (3%). Isto poderá estar relacionado quer com o facto da intervenção do GAAF incidir principalmente nas Escolas Sede (2º e 3º ciclo). As turmas de CEF e PCA são, não só reduzidas, como em número inferior.

A prevalência de alunos do 3º ciclo acompanhados pelo GAAF, pode estar relacionado com a faixa etária dos alunos, na medida em que, na adolescência que podem manifestar-se determinadas problemáticas.

TABELA Nº2: Nº DE ALUNOS ACOMPANHADOS

Género	Ciclo	Tipo de Acompanhamento	
		Pontual	Sistemático
Masculino	J.I.	8	21
	1º ciclo	100	161
	2ºciclo	124	144
	3ºciclo	135	193
	Secundário	0	2
	CEF	38	35
	PCA	39	24
	PIEF	2	0
Feminino	J.I.	9	19
	1º ciclo	61	102
	2ºciclo	78	90
	3ºciclo	188	161
	Secundário	0	0
	CEF	14	42
	PCA	6	12
	PIEF	0	0
Totais	J.I.	17	40
	1º ciclo	161	263
	2ºciclo	202	234

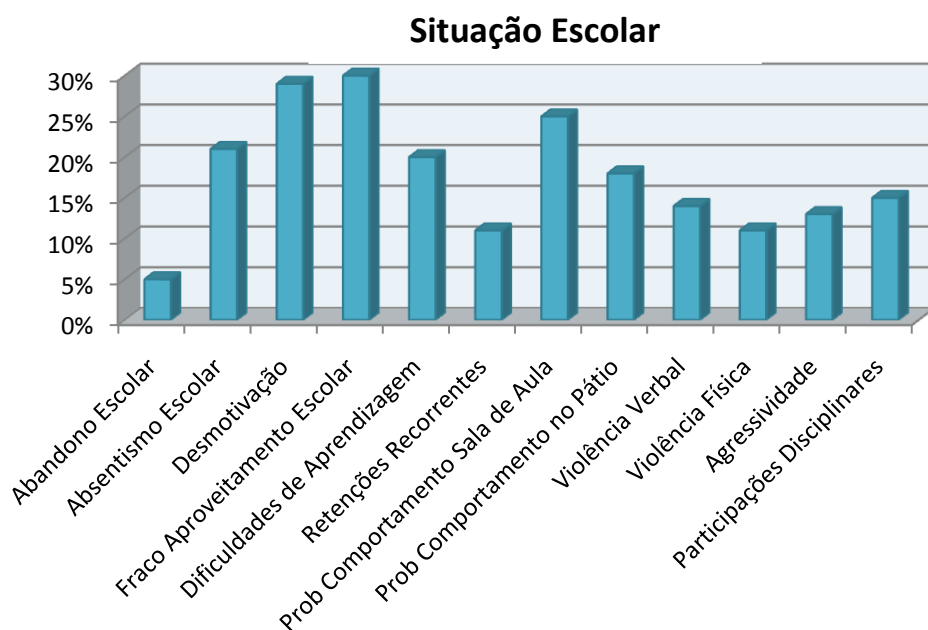
	3ºciclo	323	354
	Secundário	0	2
	CEF	52	77
	PCA	45	36
	PIEF	42	0
	Total	802	1006
	Total Global	1808	

No que respeita à análise do número de alunos acompanhados por ciclo e tendo em conta o género, verifica-se que relativamente ao 1º ciclo foram acompanhados 261 alunos do género masculino e 163 alunos do género feminino. No que concerne ao 2º ciclo, foram acompanhados 268 alunos do género masculino e 168 alunos do género feminino. Finalmente, em relação ao 3º ciclo, foram acompanhados 328 alunos do género masculino e 349 alunos do género feminino.

TABELA Nº3: SITUAÇÃO ESCOLAR

Problemática Escolar	Abandono Escolar	97
	Absentismo Escolar	379
	Desmotivação	525
	Fraco Aproveitamento Escolar	543
	Dificuldades de aprendizagem	368
	Retenções recorrentes	200
	Total	2112
Problemas de Comportamento	Na sala de aula	445
	No pátio	317
	Violência Verbal	252
	Violência Física	199
	Agressividade	228
	Participações disciplinares	268
	Total	1709
Totais	Total de situações	3821
	Média de situações por aluno sinalizado	3,8

Das 12 problemáticas identificadas a nível escolar, foram registadas 3821 incidências em 1808 alunos, do conjunto dos dezanove agrupamentos. Destas 3821 incidências, 2112 relacionam-se com Problemáticas escolares e 1709 com Problemas de Comportamento. É de salientar que por cada aluno foram sinalizadas em média 4 problemáticas.

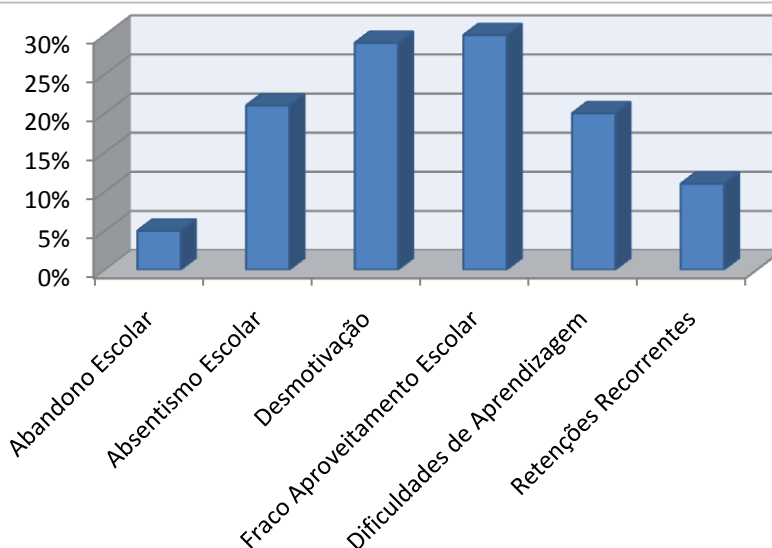


Analisando a tabela e o gráfico de forma global, pode constatar-se que a problemática com maior expressividade foi o fraco aproveitamento escolar estando presente em 30% dos alunos sinalizados. Segue-se a desmotivação (29%) e os problemas de comportamento na sala de aula (25%). O absentismo escolar, as dificuldades de aprendizagem e os problemas de comportamento no pátio apresentam valores próximos (21%, 20% e 18% respectivamente). As restantes tipologias apresentam menor incidência.

Tabela 3.1. – Total de Problemáticas Escolares identificadas nos alunos sinalizados aos GAAP.

<i>Problemática Escolar</i>	Total	Percentagem
Abandono escolar	97	5%
Absentismo escolar	379	21%
Desmotivação escolar	525	29%
Fraco aproveitamento escolar	543	30%
Dificuldades de aprendizagem	368	20%
Retenções recorrentes	200	11%

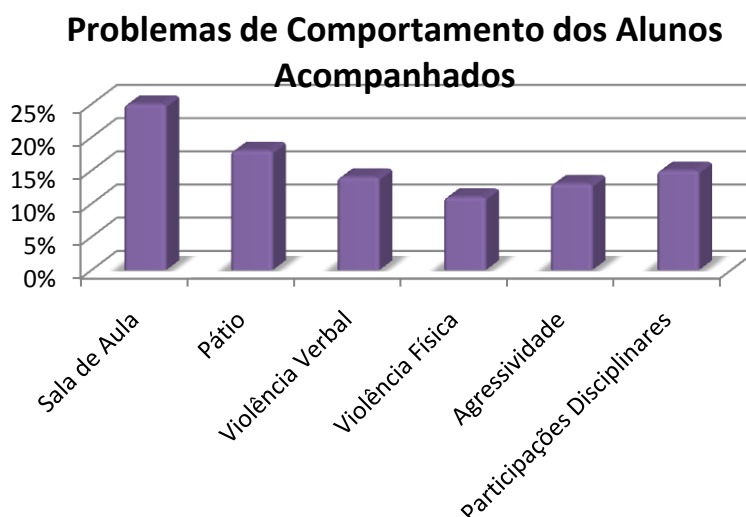
Problemáticas Escolares dos Alunos Acompanhados



No que respeita à situação escolar dos alunos acompanhados, destacam-se as problemáticas fraco aproveitamento escolar (30%) e desmotivação (29%) com maior representatividade. De seguida evidencia-se o absentismo escolar (21%) e as dificuldades de aprendizagem (20%) já com menor destaque, cerca de $\frac{1}{4}$ da população. As problemáticas com menos incidência são as retenções recorrentes (11%) e o abandono escolar (5%). Pode-se aferir que o insucesso escolar está subjacente às várias problemáticas apresentadas, daí ter maior expressão. Na realidade todas estas problemáticas estão directamente relacionadas, sendo o reflexo de uma grande falta de motivação, interesse e identificação pela escola.

Tabela 3.1 – Total de Problemas de Comportamento identificadas nos alunos sinalizados aos GAAF.

Problemas de Comportamento	Total	Percentagem
Na sala de aula	445	25%
No pátio	317	18%
Violência verbal	252	14%
Violência física	199	11%
Agressividade	228	13%
Participações disciplinares	268	15%



A maior parte dos problemas de comportamento são evidenciados na sala de aula e seguidamente, no pátio (25% e 18% respectivamente), constituindo as grandes problemáticas destacadas, com um total de 43% de expressividade. De seguida, destacam-se as participações disciplinares (15%) a violência verbal (14%) e a agressividade (13%). Com menor incidência encontra-se a violência física (11%).

Da análise dos resultados apresentados pode-se sugerir que os padrões de relacionamento existentes em contexto escolar são grandemente marcados pela violência, quer entre os pares e em contexto de pátio, quer mesmo com a figura de autoridade (o Professor), levando no extremo, a medidas sancionatórias. Assim, considera-se pertinente a aplicação de Programas de Competência Pessoais e Sociais a um maior número de alunos, de forma a diminuir estas situações directamente relacionadas com a assertividade.

TABELA Nº4: PROBLEMÁTICA INDIVIDUAL

Comportamento Desviante	Consumo de Substâncias	Tabaco	133	7.4%
		Álcool	95	5.3%
		Drogas	64	3.5%
	Tráfico de Droga		14	0.8%
	Furto / Roubo		68	3.8%
	Violência		164	9.1%
	Fuga de Casa		33	1.8%
	Bullying	Agressor	93	5.1%
Vítima		73	4.0%	
Total			737	
Situações de Risco	Maus – Tratos Físicos		69	3.8%
	Maus –Tratos Psicológicos		127	7.0%
	Abuso Sexual		6	0.3%
	Prostituição Infantil		0	0%
	Trabalho Infantil		4	0.2%
	Negligência	Higiene	172	9.5%
		Alimentação	126	7.0%
		Vestuário	132	7.3%
		Afectiva	256	14.2%
		Saúde	82	4.5%
		Escolar	40	2.2%
Total			1014	
Problemas de saúde	Défices Cognitivos		109	6.0%
	Doenças Crônicas		49	2.7%
	Deficiência Motora		11	0.6%
	Perturbações	Foro psiquiátrico	52	2.9%
		Foro psicológico	103	5.7%
Total			324	
Outros	Gravidez na Adolescência		4	0.2%
	Problemas de Legalização		25	1.4%
Total			29	
Total Global			2104	

De todas as categorias apresentadas, aquela que tem maior prevalência são as Situações de Risco (1014 num total de 2104 problemáticas individuais assinaladas). Nesta, torna-se relevante a Negligência Afectiva (14%) com uma incidência significativa.

A especificar a Negligência a nível da Higiene que atingiu uma prevalência de 9%, a Negligência e nível da Alimentação e do Vestuário e os maus-tratos psicológicos que, em simultâneo, atingiram uma prevalência de 7%. Com menor incidência considera-se a Negligência a nível da Saúde (5%), maus-tratos físicos (5%) e Negligência Escolar (2%).

A categoria Comportamentos Desviantes foi a segunda com maior representatividade (737 num total de 2104). Desta, ressalta o fenómeno de violência e o consumo de tabaco, presente em 9% e 7% da população respectivamente. Acrescenta-se ainda o consumo de álcool (5%), o fenómeno de bullying com maior predomínio da situação de agressor face à situação de vítima (5% para 4%) e, finalmente a situação de furto / roubo (4%).

De forma a combater o fenómeno de *bullying*, com o objectivo de diminuir a violência escolar, os GAAP, direccionaram a sua intervenção na realização de acções de sensibilização sobre este tema.

Os Problemas de Saúde apresentam-se na terceira categoria, abrangendo 16% do total das problemáticas individuais (324 em 2104). Destacam-se as perturbações do foro psicológico e os défices cognitivos com representatividade próxima (6%).

Considerou-se perturbações de foro psicológico tudo o que se relaciona com problemas emocionais, nomeadamente, tristeza, baixa auto-estima, instabilidade emocional, dificuldades de relacionamento e integração.

Com menor notoriedade (6%) nomeia-se as perturbações do foro psiquiátrico (a destacar a PHDA Perturbação de Hiperactividade com Défice de Atenção) e as doenças crónicas (cegueira, surdez, diabetes, epilepsia, asma, etc.) com 3% simultaneamente.

A categoria Outros teve pouca incidência (29 num total de 2104). Nesta destaca-se os problemas de legalização (1%).

Não se verifica nenhuma situação de prostituição infantil no universo de alunos em acompanhamento.

Seria importante realçar a realidade ou contexto em que os alunos sinalizados estão inseridos. Neste sentido, os antecedentes de grande exposição a modelos de risco (maus tratos e consumo de substâncias) podem traduzir-se em passagem ao acto e em repetição de modelos internalizados (comportamentos de risco).

TABELA Nº5: SITUAÇÃO FAMILIAR

Mãe	<i>Comportamentos Desviantes</i>	Consumo de Substâncias	Álcool	55	3.0%
			Drogas	31	1.7%
		Tráfico de Droga		5	0.3%
		Furto / Roubo		1	0.1%
		Violência Doméstica		114	6.3%
		Prostituição		27	1.5%
		Outros		31	1.7%
	<i>Problemas de Saúde</i>	Défices Cognitivos		27	1.5%
		Doenças Crónicas		63	3.5%
		Deficiência Motora		2	0.1%
		Perturbações	Foro	43	2.4%

			psiquiátrico		
			Foro psicológico	99	5.5%
	Outros			19	1.1%
Total				517	
Pai	Comportamentos Desviantes	Consumo de Substâncias	Álcool	136	7.5%
			Drogas	40	2.2%
		Tráfico de Droga		8	0.4%
		Furto / Roubo		17	0.9%
		Violência Doméstica		44	2.4%
		Prostituição		0	0%
		Outros		22	1.2%
	Problemas de Saúde	Défices Cognitivos		11	0.6%
		Doenças Crônicas		18	1.0%
		Deficiência Motora		0	0%
		Perturbações	Foro psiquiátrico	31	1.7%
			Foro psicológico	32	1.8%
	Outros			12	0.7%
Total				371	
Outros	Comportamentos Desviantes	Consumo de Substâncias	Álcool	15	0.8%
			Drogas	6	0.3%
		Tráfico de Droga		2	0.1%
		Furto / Roubo		6	0.3%
		Violência Doméstica		3	0.2%
		Prostituição		1	0.1%
		Outros		3	0.2%
	Problemas de Saúde	Défices Cognitivos		8	0.4%
		Doenças Crônicas		14	0.8%
		Deficiência Motora		5	0.3%
		Perturbações	Foro psiquiátrico	3	0.2%
			Foro psicológico	14	0.8%
	Outros			6	0.3%
Total				86	
Total Global				974	

Das três categorias respeitantes à *situação familiar*, aquela que tem maior destaque é a que remete para a figura materna, com um total de 517 situações sinalizadas. Daqui pode-se inferir que é a *Mãe* quem assume maior responsabilidade na vida escolar do seu educando. Outra situação remete para a possibilidade de existência de um elevado número de famílias monoparentais femininas.

Nesta categoria observa-se que a violência doméstica é a que tem maior expressão (6%). Embora não esteja referido, nestes episódios a mãe assume o papel de vítima.

Observa-se também que as perturbações do foro psicológico apresentam valores significativos (5%), a exemplificar encontram-se os problemas a nível emocional, nomeadamente as depressões.

Outros elementos que caracterizam a figura materna são as doenças crónicas (3%), o consumo de álcool (3%), as perturbações do foro psiquiátrico (2%), os défices cognitivos (2%) e o fenómeno de prostituição (2%).

Na categoria de Situação Familiar do Pai a problemática mais evidenciada é a que remete para os comportamentos desviantes, a nomear: alcoolismo (8%). Salienta-se ainda a violência doméstica, na qualidade de agressor (2%), o consumo de drogas (2%), as perturbações do foro psicológico e do foro psiquiátrico (2%).

Verifica-se a existência menos informação quanto aos antecedentes da figura paterna, o que pode ser explicado pelo facto deste estar menos presente no contexto escolar e por estas situações serem pouco verbalizadas pela mãe.

A categoria Outros refere-se a outros familiares que são significativos para a criança/jovem ou que se assumem como Encarregados de Educação, exemplos disso são a figura do padrasto (em maioria) ou madrasta. Como é notório a informação não é significativa.

TABELA Nº 6: SITUAÇÃO SÓCIO-ECONÓMICA DO AGREGADO FAMILIAR

Mãe	<i>Condições Habitacionais</i>	Sobrelotação	70	3.9%
		Insalubridade	54	3.0%
		Falta de condições	192	10.6%
		Outros	13	0.7%
	<i>Situação Social</i>	Carência sócio/económica	487	26.9%
		Mendicidade	1	0.1%
		Desemprego	290	16.0%
		Problemas de legalização	11	0.6%
		Outros	54	3.0%
	Total		1172	
Pai	<i>Condições Habitacionais</i>	Sobrelotação	34	1.9%
		Insalubridade	18	1.0%
		Falta de condições	132	7.3%
		Outros	1	0.1%
	<i>Situação Social</i>	Carência sócio/económica	275	15.2%
		Mendicidade	2	0.1%
		Desemprego	151	8.3%
		Problemas de legalização	2	0.1%
		Outros	44	2.4%

Total			659	
Outros	Condições Habitacionais	Sobrelotação	16	0.9%
		Insalubridade	3	0.2%
		Falta de condições	24	1.3%
		Outros	1	0.1%
	Situação Social	Carência sócio/económica	67	3.7%
		Mendicidade	3	0.2%
		Desemprego	28	1.6%
		Problemas de legalização	7	0.4%
		Outros	18	1.0%
Total			167	
Total Global			1998	

Da análise da tabela, constata-se novamente que a Mãe apresenta maior número de problemáticas. O valor mais elevado é a situação social, nomeadamente a situação de carência sócio-económica (27%) e de desemprego (16%). É de realçar, ainda, a falta de condições habitacionais presente em 11% dos alunos sinalizados. Com menor prevalência destacam-se as situações de sobrelotação (4%).

Pelas razões mencionadas na análise da tabela anterior, existem menos dados para caracterizar a situação sócio económica do Pai e Outros. No entanto, relativamente ao agregado familiar Pai destacam-se as situações de carência sócio-económica, de desemprego e de falta de condições habitacionais como predominantes (respectivamente 55% e 8% e 7%).

TABELA Nº7: ACTIVIDADES

Nº de vistas domiciliárias			346
Nº de acompanhamentos em Visitas de Estudo			70
Reuniões	Parceiros	Internos	806
		Externos	544
	Equipa		266
	Conselhos de Turma		78
	Directores de Turma		339
	Encarregados de Educação		1204
	Outros		374

No que respeita às actividades desenvolvidas, salienta-se em primeiro lugar o trabalho desenvolvido em quatro domínios: o Aluno, a Escola, a Família e a Comunidade.

No que concerne às reuniões efectuadas, verifica-se que o parceiro com quem se realizou uma maior articulação foram os Encarregados de Educação (1204 reuniões). O número elevado de reuniões com Encarregados de Educação, prende-se com a necessidade de ir ao encontro de um dos objectivos do GAAP – Promover o envolvimento parental no percurso escolar do aluno. Só desta forma é possível contribuir para o crescimento harmonioso e global da criança/jovem, promovendo

um ambiente mais humanizado e facilitador da integração escolar e social. O elevado número de situações de Negligência respeitante à caracterização da Problemática Individual do aluno, justifica o elevado número de intervenções com a família. As estratégias de intervenção utilizadas são Atendimento ao encarregado de educação/ família; Encaminhamento para outras entidades; e Visitas domiciliárias. Neste domínio de intervenção utilizou-se uma abordagem de acompanhamento à família, da mesma forma que se utilizou esta abordagem com a criança/ jovem, em contexto formal e informal, estabelecendo uma relação de confiança e empatia com os mesmos.

De seguida, destacam-se os Parceiros Internos – Direcção Executiva, Coordenação, Serviço de Psicologia e Orientação, Núcleo de Educação Especial, Centro de Recursos Educativos, Associação de Pais, Acção Social Escolar, Assistentes Operacionais – 806 reuniões. Estes revelaram-se uma ferramenta fundamental, na medida em que, a comunidade escolar é detentora de grande quantidade de informação do aluno, não só a nível escolar mas também a nível familiar e social. Para além disso, desta forma promoveu-se o trabalho de equipa. No que concerne às estratégias de intervenção com a escola destacam-se o trabalho com directores de turma e professores; e o trabalho articulado com serviços internos. Recorreu-se a uma articulação directa e permanente com professores e elementos da comunidade educativa.

Em seguida, salienta-se os Parceiros Externos (544), os Outros (374), os Directores de Turma (339) e as Reuniões de Equipa (266). Para a promoção da inter-relação entre a escola e comunidade, a articulação regular com os Parceiros Externos, com o objectivo de contribuir para um envolvimento destes no processo educativo do aluno e com o intuito de encontrar respostas para as problemáticas dos alunos, revelou-se fundamental. Neste sentido, um dos objectivos dos GAAF, passa pela dinamização de Reuniões de Parceiros Sociais e pelo trabalho com entidades externas de apoio.

As Reuniões de Equipa, pretenderam ser um espaço de reflexão, troca de ideias, experiências e saberes e de discussão e supervisão de casos. Foram também utilizadas para aprofundar algumas temáticas e para a elaboração de instrumentos de trabalho, preparação de materiais e para planificação de dinâmicas em contexto de grupo/turma.

Foram realizadas 346 Visitas Domiciliárias e foram feitos acompanhamentos em 70 Visitas de Estudo, tendo-se mostrado necessária a participação dos GAAF em determinadas situações, ao mesmo tempo que permitiu fomentar uma relação de proximidade entre os alunos.

Em suma, as actividades desenvolvidas pelo GAAF passam pela aplicação de Programas de Competências Pessoais e Sociais; actividades extra-curriculares; sessões de sensibilização e esclarecimento sobre diversas temáticas; integração e orientação de estagiários e voluntários no Projecto GAAF; levantamento de entidades de apoio da Comunidade Educativa; estabelecimento de acordos de parceira e cooperação com as entidades; definição de estratégias concertadas entre parceiros; e formação de competências parentais (escola de pais).

CONCLUSÃO

Com o presente relatório, pretendeu-se compilar as actividades desenvolvidas pelos dezanove Gabinetes de Apoio ao Aluno e à Família, de forma a fazer uma análise global das mesmas.

Da análise realizada, salienta-se em primeiro lugar um número mais elevado de sinalizações do sexo masculino. Geralmente os rapazes apresentam problemas mais visíveis e perturbadores do meio escolar e, por tal, são em maior número sinalizados ao GAAF, como verificamos nos acompanhamentos referentes aos todos os ciclos, excepto no 3º Ciclo. Fazendo uma reflexão mais aprofundada referente ao número mais elevado de acompanhamento realizados a raparigas no 3º ciclo, este aspecto poderá ser justificado pela predominância de problemáticas da ordem afectiva que se expressam por dificuldades de integração, baixa auto-estima... enquanto que nos rapazes são mais ao nível do comportamento e no 3º ciclo já possuem mais competências sociais para as relações interpessoais.

Também se verificou em maior número sinalizações referentes ao 3º ciclo de ensino, independentemente do género. Pensa-se que estes dados poderão estar associados ao facto de os alunos do 3º ciclo estarem na fase de adolescência, o que pode reflectir por um lado, a emergência de problemáticas de maior gravidade que justifiquem a intervenção do GAAF. Apesar disso, também se verificou um número elevado de sinalizações referentes ao 2º ciclo de ensino. Pensa-se que estes dados poderão reflectir por um lado, as dificuldades de transição e adaptação do 1º para o 2º ciclo e por outro, com a entrada na pré adolescência.

Em segundo lugar verificou-se que foi dado ênfase ao acompanhamento sistemático, o que reflecte a importância desta metodologia para serem alcançados melhores resultados. No entanto, o acompanhamento pontual revelou-se muitas vezes eficaz em determinadas situações, como são exemplo, os encaminhamentos e a gestão de conflitos. Nesta intervenção, a estreita articulação com os Parceiros Internos revelou-se fundamental na definição de estratégias e na troca de informação.

O número elevado de problemáticas escolares vem de encontro à ideia de que é na escola que tudo se espelha. O fraco aproveitamento escolar e a desmotivação são as problemáticas com maior expressão, sendo que, são consequência de outras problemáticas manifestadas a nível escolar e familiar. Crê-se que existe uma falta de identificação com a escola e inexistência de objectivos e projectos de vida, inerentes à desmotivação escolar.

Relativamente aos problemas de comportamento, muitas vezes estes reflectem uma desestruturação familiar, sendo este o único modelo de relação que as crianças interiorizaram.

Para além disso, considera-se a adolescência uma fase de desenvolvimento conturbada, em que é difícil o controlo dos impulsos, havendo maior propensão para a passagem ao acto em detrimento da racionalização dos comportamentos.

É patente um elevado número de situações de Negligência Afectiva (Situações de Risco), constatando-se que as famílias não participam activamente nas actividades promovidas pela escola. Em alguns casos, as famílias desresponsabilizam-se das suas funções parentais, atribuindo-as exclusivamente à escola e percebendo-a numa vertente mais funcional.

Tal facto, reforça a importância de estabelecer uma parceria com a família e com a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens (CPCJ) para dar resposta a estes casos. Nestas situações também é premente a existência de psicólogos nas escolas para fazerem um acompanhamento psicológico, e não só para orientação vocacional, nem apenas para apoiar alunos com necessidades educativas especiais.

Verificou-se um elevado número de famílias em situação de carência sócio económica, com elementos em situação de desemprego. Muitas destas famílias são monoparentais, o que agrava e faz aumentar os índices de carência. Verificou-se também que maioritariamente é a Mãe que representa o agregado familiar.

Os problemas não são da escola mas manifestam-se nela e, por isso, intervindo nas causas, previnem-se os efeitos. O presente relatório, enfatiza a importância dos GAAP nas escolas, para ser dada resposta a inúmeras problemáticas presentes nos alunos e nas suas famílias.

SOS-CRIANÇA DESAPARECIDA

Das 63 situações que foram apresentadas ao SOS-Criança Desaparecida, em 2010, 22 não foram considerados para efeitos estatísticas porque foram situações que tinham anteriormente sido sinalizadas ao SOS-Criança Desaparecida (em anos anteriores).

Para efeitos estatísticos registaram-se 41 situações de desaparecimentos, sendo 8 apresentados por e-mail e 33 apresentados por telefone. 31 foram relativos a crianças de género feminino e 10 a crianças de género masculino.

Em 2010 desapareceram 2 crianças de dois anos, um total de 6 crianças com três, cinco, seis, sete, dez e onze anos, 3 crianças de doze anos e 6 de treze anos e de catorze anos, 9 crianças de quinze anos, 5 de dezasseis anos e 4 de dezassete anos.

No que diz respeito aos Distritos, Santarém e Aveiro tiveram cada um, uma criança desaparecida, Braga, Coimbra, Faro, Leiria e Viseu contaram cada um com 2 desaparecidos, Setúbal com 3 desaparecidos, Bragança e Évora cada um teve 4 desaparecidos e Lisboa contou com 11 desaparecidos.

Ao serviço que não conseguiu identificar o Distrito de um desaparecido chegaram ainda 3 situações que vieram do estrangeiro.

Não houve nenhum mês no qual não se registassem desaparecimentos, em Fevereiro e Novembro, desapareceu uma criança, em Março, Abril e Outubro, duas crianças em Janeiro, Agosto e Dezembro, três crianças. Em Julho sete, Maio oito e Junho nove.

O dia da semana em que se registaram mais desaparecimentos foi a sexta-feira, 11 desaparecimentos, seguindo-se a quinta-feira com 7 e a segunda-feira com 5 desaparecimentos, a quarta-feira e o domingo com 4 desaparecimentos e a terça-feira e sábado com 1.

Não foi possível identificar o dia exacto do desaparecimento em 8 situações.

Das 41 situações, 36 tiveram resposta e 5 ainda aguardam resposta.

O SOS-Criança Desaparecida registou 34 desaparecimentos dos 41 desaparecimentos. O tipo de desaparecimento foi 25 vezes Fuga, 10 Raptos Parentais e 6 Fuga de Instituição.

O SOS-Criança Desaparecida contactou a PSP/ GNR e a Polícia Judiciária 24 vezes, as CPCJ 19, a Rede Construir Juntos 12 vezes e o NICF (Núcleo de Intervenção de Crianças em Fuga) 11 vezes, o Tribunal 8 vezes, a Direcção Geral Inserção Social 1 vez.

Os parceiros estrangeiros foram contactados 3 vezes.

Os apelantes que mais contactaram o SOS-Criança Desaparecida foram as Famílias, 21 vezes, seguindo-se a comunidade 11, os profissionais 7 e o próprio 2 vezes.

Os pais dos desaparecidos eram casados em 13 situações, divorciados em 8 situações, separados em 6 situações, em união de facto e solteiros em 2 situações.

O estado civil dos pais é desconhecido em 9 situações.

Sendo que, em 13 vezes há regulação das responsabilidades parentais, em 11 não há, em 15 situações não se sabe e em 2 desaparecimentos a criança estava institucionada. A família sinalizou o caso à PSP 29 vezes, à polícia judiciária 6, não tendo sinalizado o desaparecimento nas restantes situações.

Em 10 situações a criança esteve desaparecida menos de 48 horas, em 7 situações menos de 7 dias, em 5 situações esteve desaparecida entre uma a duas semanas, em 3 situações esteve desaparecida duas e três semanas e em 3 situações durante 3 a 4 semanas.

Dois desaparecidos estiveram por localizar por um período superior a um mês, uma situação por um período superior a 2 meses, 3 situações por um período superior a 6 meses, 4 por um período superior a 9 meses e 3 situações de desaparecimento ultrapassaram os 12 meses.

Dos 41 desaparecidos, em termos de situação jurídica, 16 tinham Processo de Promoção e Protecção, 20 não o tinham e 5 estavam acolhidos por via de um Processo de Promoção e Protecção.

Dos 41 processos abertos, houve necessidade de reabrir 39. No que diz respeito à frequência dos desaparecidos, 29 crianças estiveram desaparecidas pela primeira vez, sendo 12 recidivistas.

As crianças desaparecidas estavam sozinhas em 11 casos e acompanhadas nos restantes, pelo progenitor(a) 12 vezes, pelo namorado(a) ou amigo(a) 16 vezes e pelo irmão (ã) 5 vezes.

O desaparecido decidiu voltar por sua iniciativa 15 situações, foi trazido pela família em 6 vezes e pela polícia em 7 vezes. Por terceiros foram recuperados uma vez. Duas crianças não quiseram regressar a casa/ instituição, e 9 ainda têm processo aberto e 4 aguardam solução judicial.

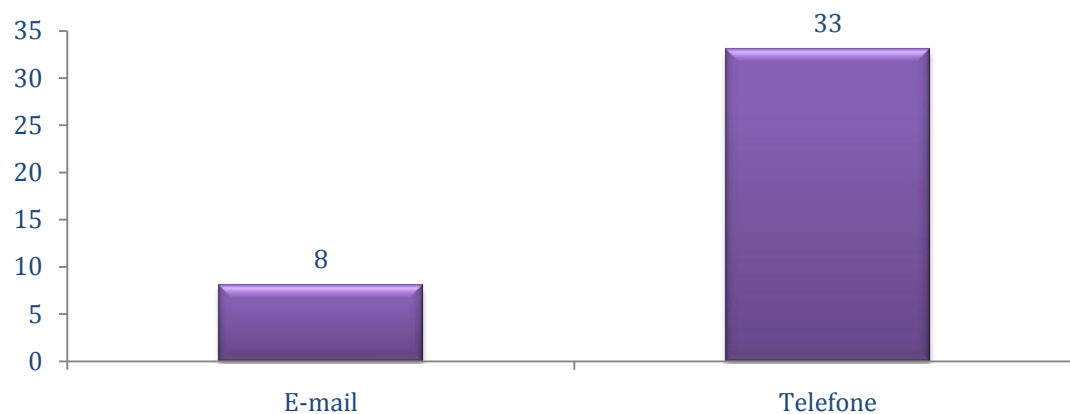
No que diz respeito aos factos que podem ter influenciado o desaparecimento, os conflitos familiares ocupam o primeiro lugar (11 vezes), seguindo-se a internet (9 vezes) e a influência de amigos (6 vezes).

A Violência Doméstica foi responsável por 4 desaparecimentos, os Maus-Tratos por 3, as Doenças Psiquiátricas (3), a Negligência (2), os Problemas Comportamentais (2) e por último o Namoro(1) e a ida a um concerto (1).

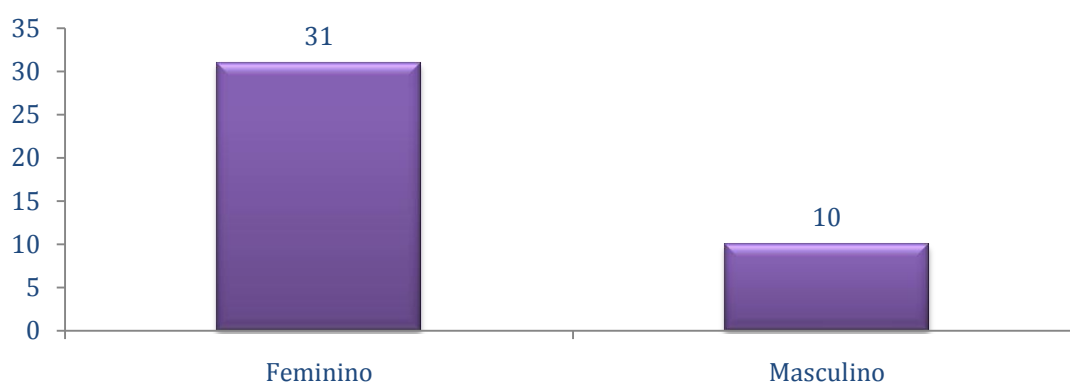
Em 7 desaparecimentos não foi possível perceber o que o motivou.

Das 41 situações 13 continuaram o seu encaminhamento pelo serviço SOS-Criança Desaparecida do IAC.

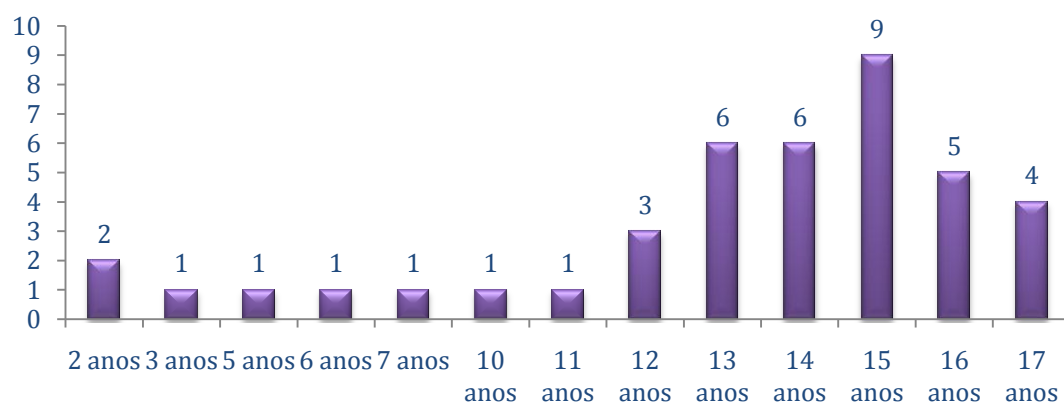
Via da Denúncia

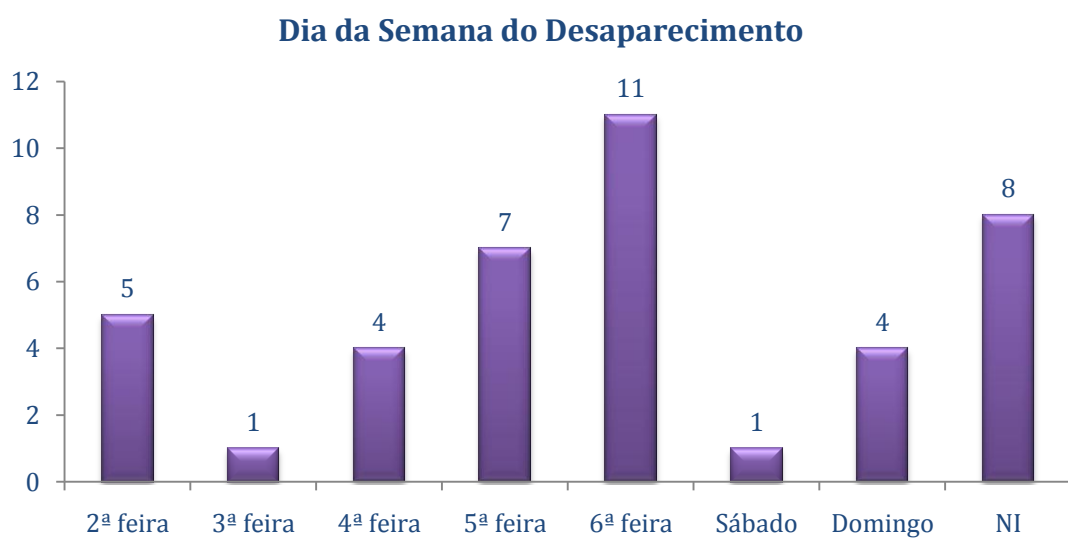
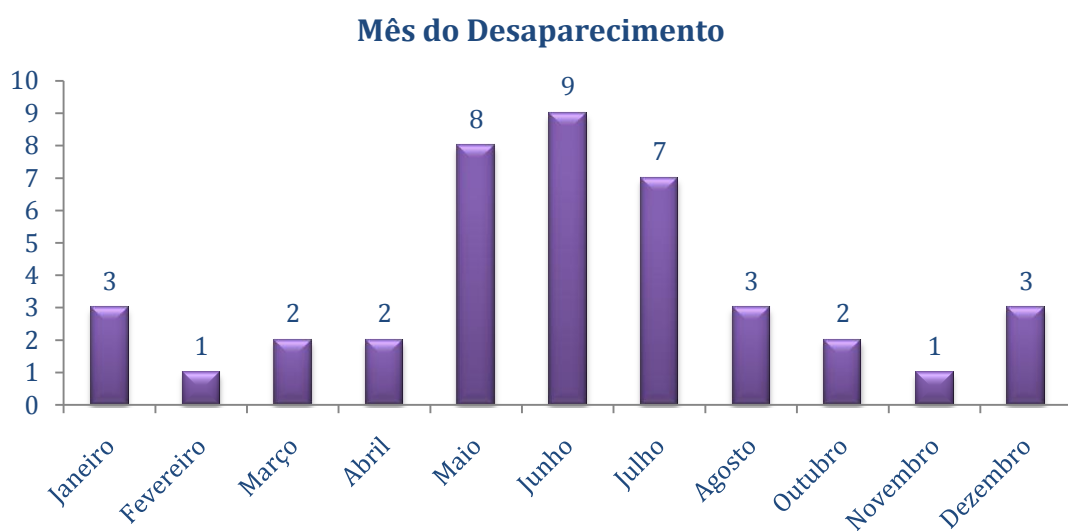
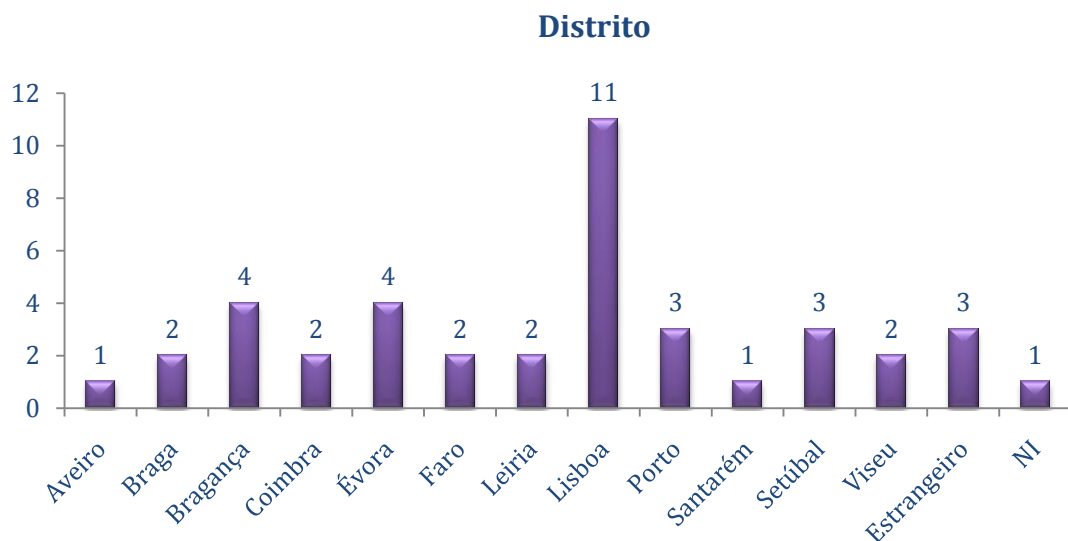


Gênero da Criança

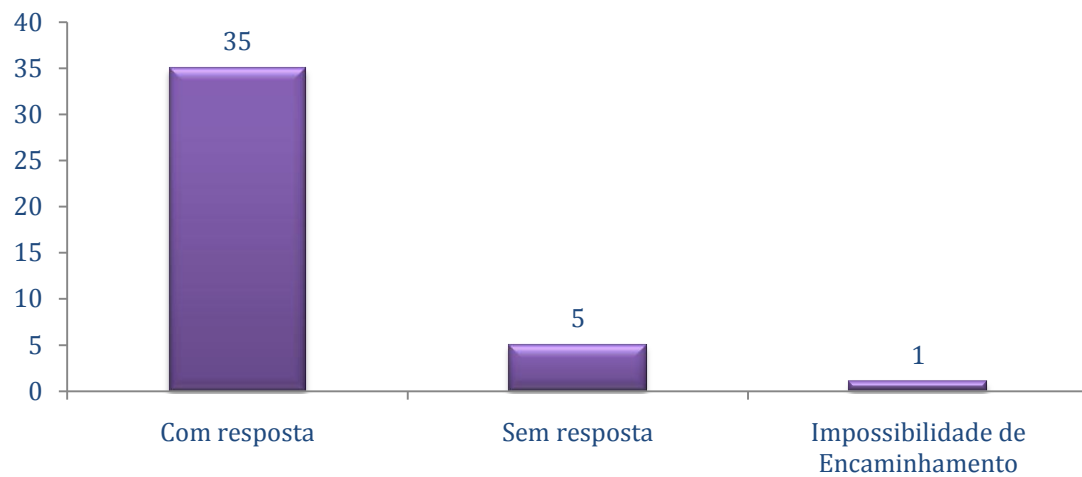


Idade da Criança

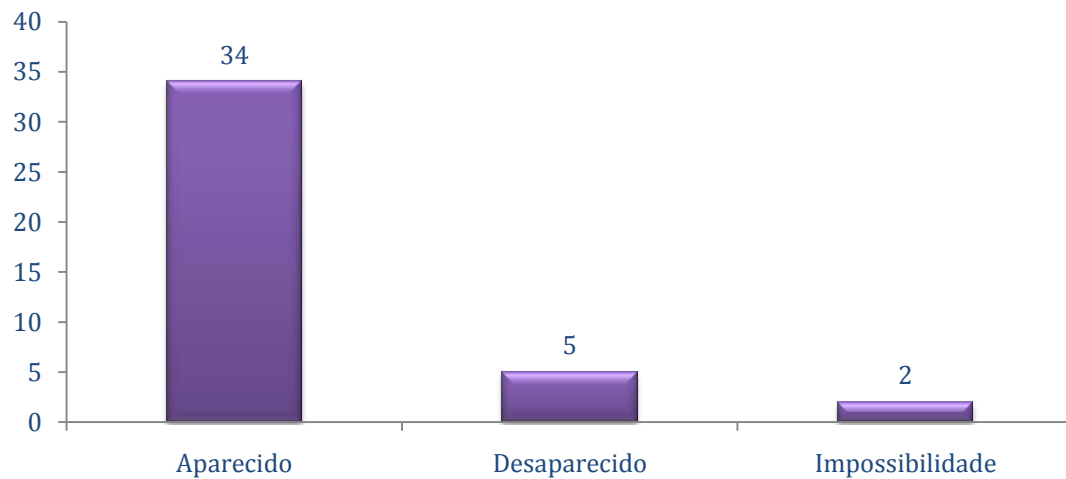




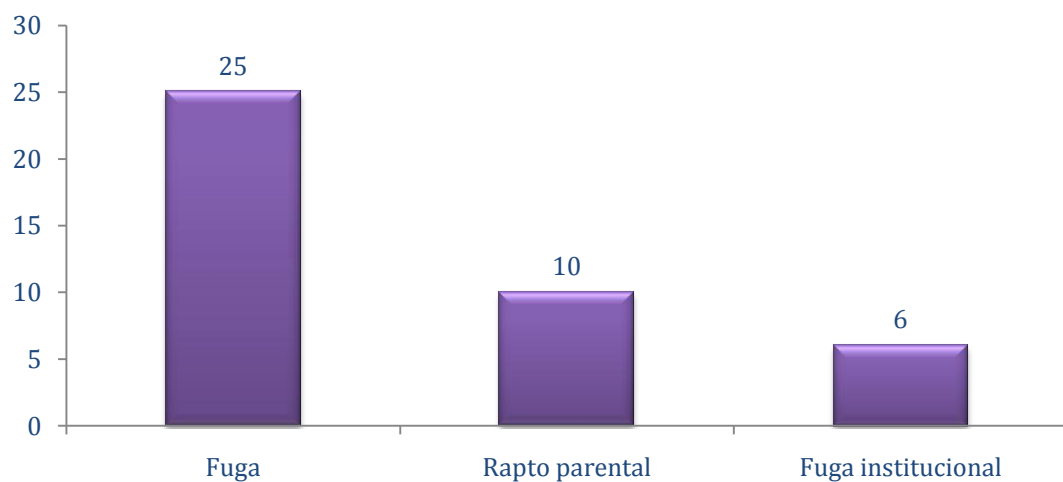
Encaminhamento



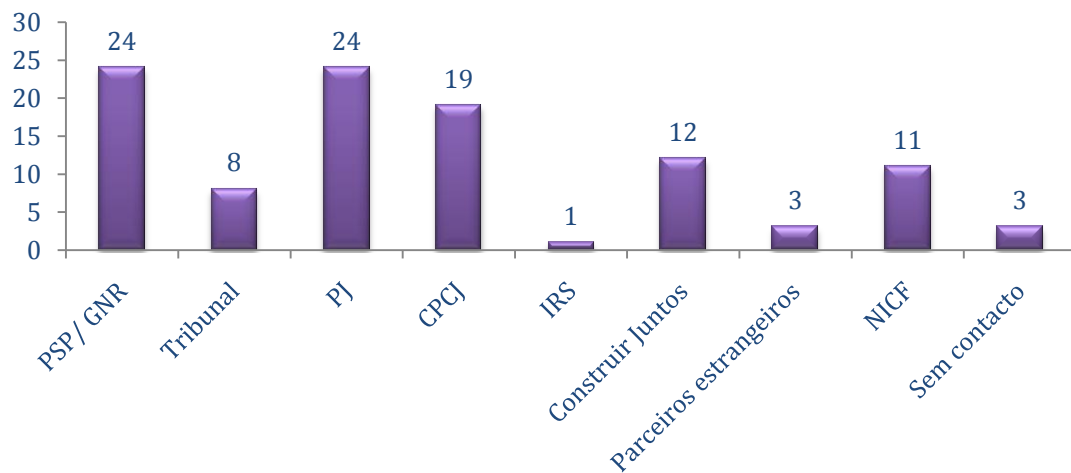
Situação Actual



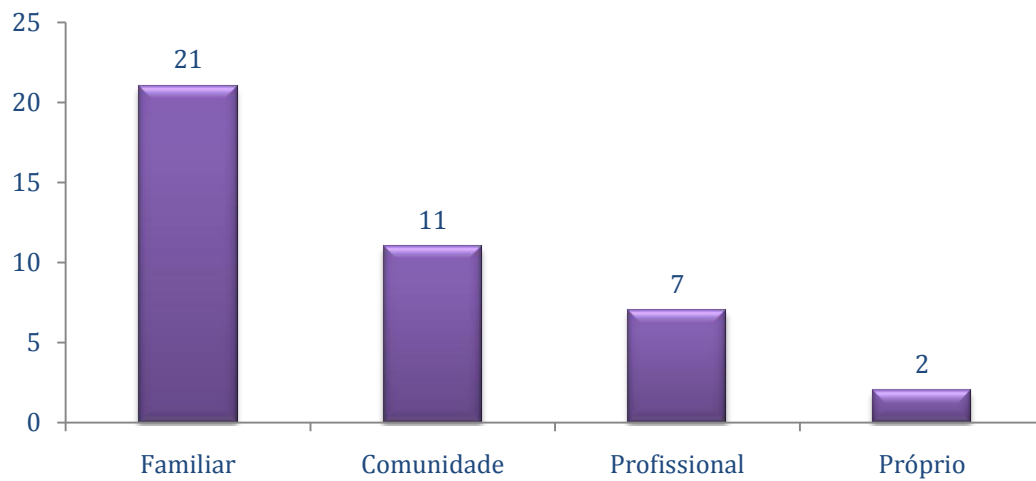
Tipo de Desaparecimento



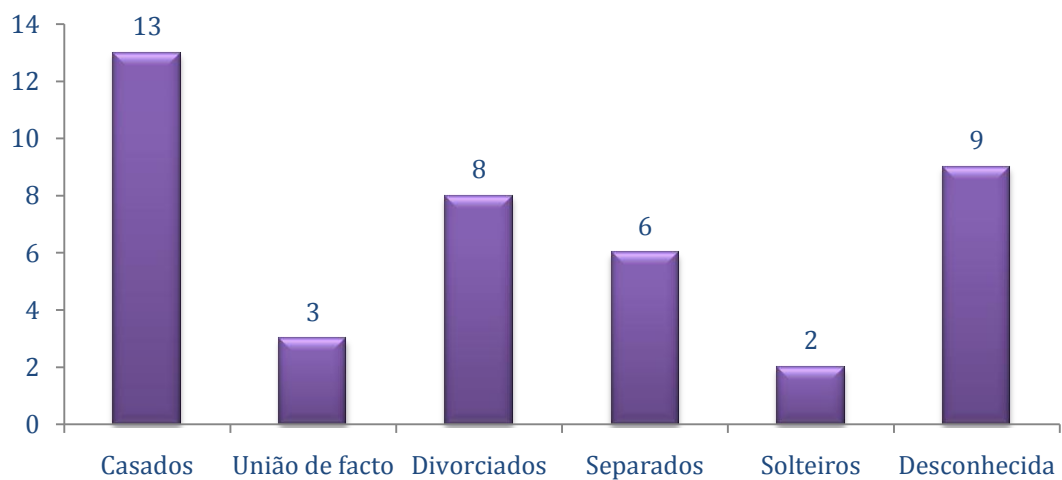
Entidades Contactadas



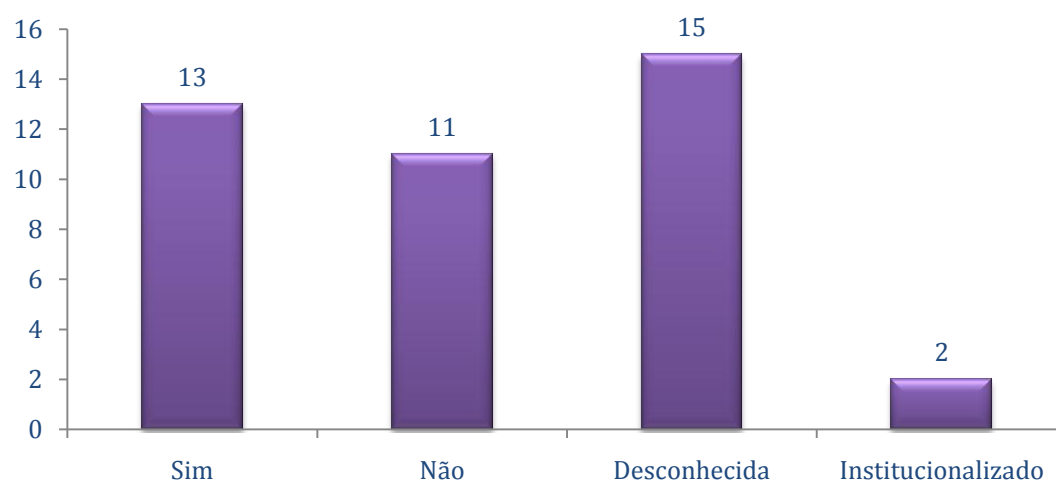
Apelante



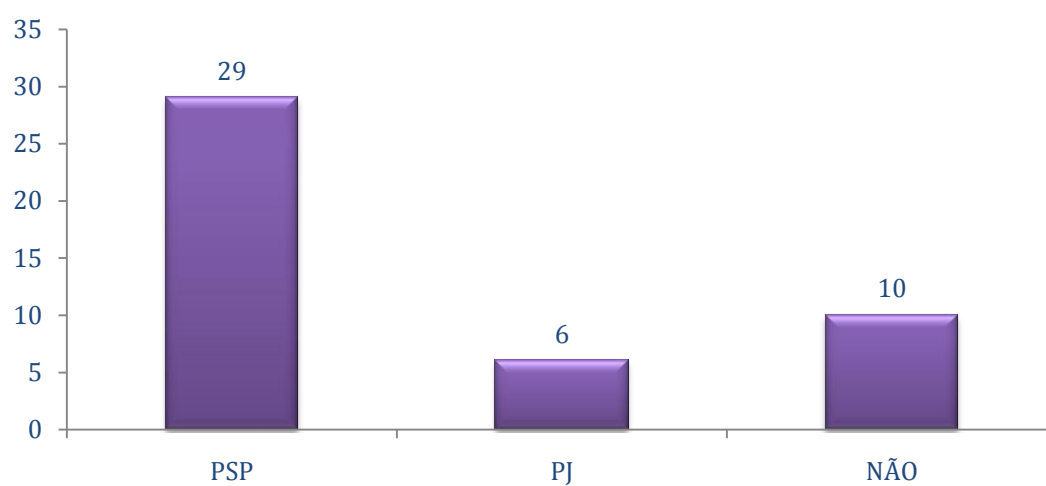
Situação Jurídica dos Pais



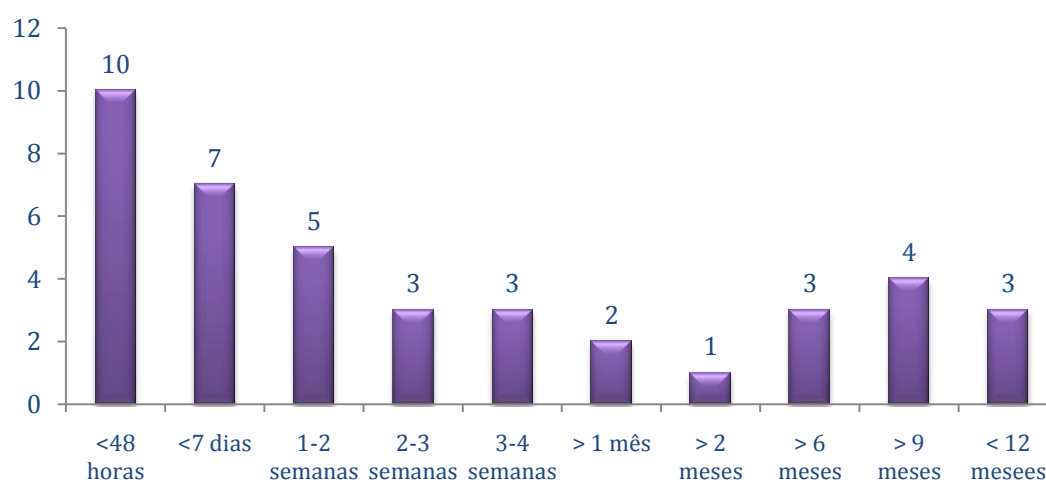
Regulação das Responsabilidades Parentais



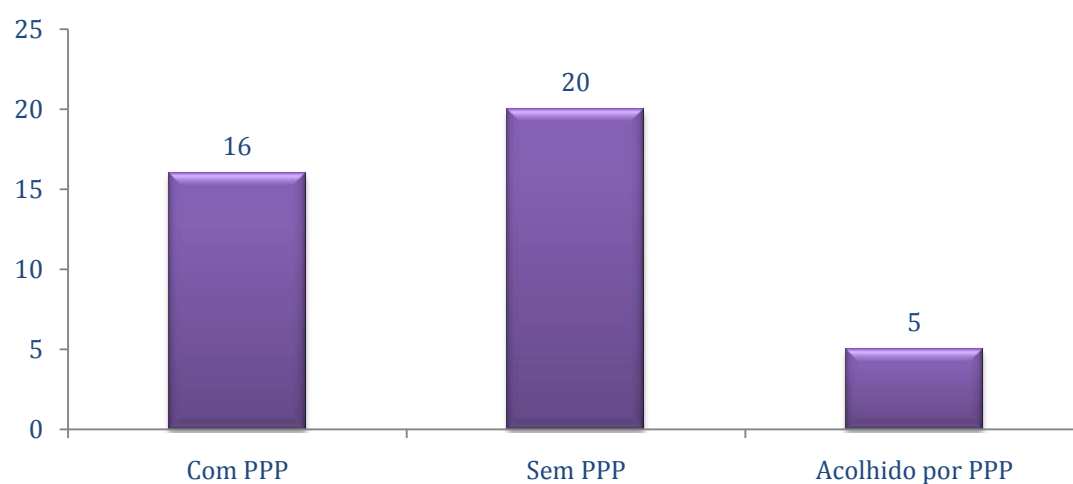
Sinalizado às Autoridades pela Família



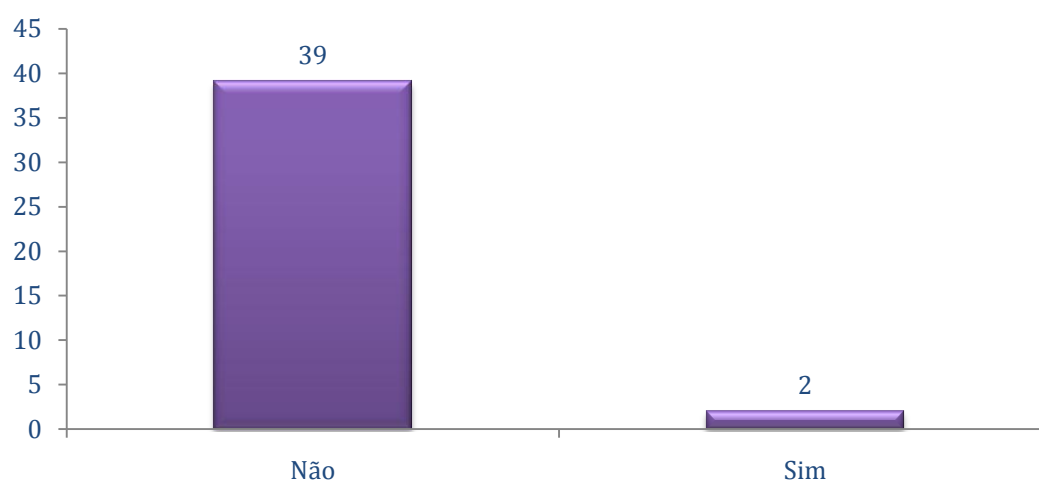
Tempo Ausente



Situação Jurídica da Criança



Reabertura



Frequência

